UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS - IRI

Sergio Rodrigo Vale

**ENSAIOS SOBRE O PAPEL DA ECONOMIA E DAS
INSTITUIÇÕES NO *SOFT POWER* E *HARD POWER***

SÃO PAULO

2019

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS - IRI

Sergio Rodrigo Vale

**ENSAIOS SOBRE O PAPEL DA ECONOMIA E DAS
INSTITUIÇÕES NO *SOFT POWER* E *HARD POWER***

Tese de doutorado apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Relações Internacionais do
Instituto de Relações Internacionais (IRI) da
Universidade de São Paulo (USP) sob a
orientação do Prof. Titular Amâncio Jorge Silva
Nunes de Oliveira

SÃO PAULO

2019

Catálogo na publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo

Vale, Sergio Rodrigo

Ensaio sobre o papel da economia e das instituições no soft power e hard power / Sergio Rodrigo Vale ; orientador: Amâncio Jorge Silva Nunes de Oliveira. – São Paulo, 2019.

112 p.

Tese (Doutorado) – Instituto de Relações Internacionais. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

1. Soft power 2. Hard power 3. Desenvolvimento econômico 4. Instituições
I. Oliveira, Amâncio Jorge Silva Nunes de, orient. II. Título.

CDD – 327.101

Responsável: Giseli Adornato de Aguiar - CRB-8/6813

Abstract

The concepts of soft power and hard power have developed a lot over the last few decades, usually with discussions about the tools for using these types of power and their consequences. At the same time, few studies were done to try to identify minimum conditions for soft power to flourish and hard power to decrease. The present thesis tries to empirically confirm the idea that more developed countries with more solid institutions would be able to have more soft power and at the same time less hard power over time. Basically, having a developed and stable economy would make it possible for a country to be an example for other countries. On the other hand, more developed countries, institutionally and economically, would have more social demands as opposed to more military spending. In addition, empirical evidence also indicates that the growth of democracies in the world has allowed US military spending to fall over the years, with the evolution of democracies being exogenous to US military spending, opening up to a realist view of less military interference in other countries on the part of Americans.

Keywords: soft power, hard power, economic development, institutions

Resumo

Os conceitos de *soft power* e *hard power* se desenvolveram muito ao longo das últimas décadas, geralmente com discussões sobre os instrumentos de uso desses tipos de poder e suas consequências. Ao mesmo tempo, poucos estudos foram feitos para tentar identificar condições mínimas para que o *soft power* florescesse e o *hard power* diminuísse. A presente tese tenta corroborar empiricamente a ideia de que países mais desenvolvidos e com instituições mais sólidas teriam condições de ter mais *soft power* e ao mesmo tempo menos *hard power* ao longo do tempo. Basicamente, ter uma economia desenvolvida e estável daria condições para que um país conseguisse ser exemplo para outros países. Por outro lado, países mais desenvolvidos institucional e economicamente teriam mais demandas sociais em contraposição a mais gastos militares. Além disso, testes empíricos também indicam que o crescimento das democracias no mundo permitiu que o gasto militar americano caísse ao longo dos anos, sendo que a evolução das democracias foi exógena ao gasto militar americano, dando abertura para uma visão realista de menor interferência militar em outros países por parte dos americanos.

Palavras-chave: *soft power*, *hard power*, desenvolvimento econômico, instituições.

Sumário

1. Introdução	6
2. Ensaio sobre as relações entre economia, instituições, soft e hard power.....	19
Introdução	19
Conceitos de <i>soft</i> e <i>hard power</i>	20
Relação entre economia e soft power	24
Relação entre desenvolvimento econômico e instituições	31
Hard power, economia, instituições e um esquema teórico geral	38
Brasil e Argentina como exemplos históricos	42
Conclusão	49
3. Uma análise empírica entre desenvolvimento econômico e <i>soft power</i>	51
Introdução	51
Primeiras ideias e base de dados	52
Resultados empíricos	59
Conclusão	65
4. Uma avaliação empírica do impacto das instituições no <i>hard power</i>	66
Introdução	66
Breve avaliação teórica	67
Base de dados e resultados empíricos	69
Conclusão	83
5. Qual o impacto das democracias no hard power e soft power americanos?.....	85
Introdução	85
Breve avaliação teórica	85
Base de dados e resultados empíricos	88
Conclusão	94
6. Conclusão	96
7. Bibliografia	99

1. Introdução

A presente tese tem o objetivo de estudar empiricamente a relação entre economia e instituições e o *soft* e *hard power*. Entende-se por isso buscar uma relação causal que vai da economia e das instituições para esses dois tipos de poder, considerando-se que há uma relação positiva no caso do *soft power* e negativa no caso do *hard power*.

Não se buscará aqui essa relação por estudo de caso, a não ser pontualmente como se faz no capítulo seguinte em que se discute algumas questões sobre Brasil e Argentina. A ideia empírica é usar métodos de regressão e série de tempo para se identificar relações médias entre essas questões.

Essas questões se tornam ainda mais relevantes quando o status quo começa a ser desafiado internamente pelo regime de Trump, mas também pela emergência de uma nova potência de fora do Ocidente, no caso a China. Se o *soft* e *hard power* dentro da estrutura ocidental teriam de certa forma uma forte intersecção, o mesmo não se diz quando seu principal proponente, os EUA, colocam dúvidas sobre essa estrutura de poder, dando sinais de que não haveria mais interesse como no passado de se imiscuir em questões externas diplomáticas, tendendo a dar mais espaço a *hard power* do que *soft* (Farrow (2019)). Ao mesmo tempo, a China se torna imediatamente um desafio para o *soft* e especialmente o *hard power* ocidental. O tipo de impacto que o *soft power* pode criar não é tão simples quando se fala de uma economia tão diferente do Ocidente como a China, em que pese na economia ela ser cada vez mais parecida. Ao mesmo tempo, por surgir de fora do grande arcabouço ocidental militar balizado pela OTAN, cria potencialmente uma série de questões sobre até onde os chineses querem ir em termos de demonstração de poder militar, especialmente com a presença militar americana na Coreia do Sul e as ligações do Japão com os EUA.

Claramente, a questão que perdurará na próxima década é se a China de fato atingirá status de superpotência, que disputará com os EUA, ou será o novo Japão, que nos anos 80 parecia destinado a ser uma nova potência mundial. O que travou a economia japonesa foram seus problemas econômicos domésticos, especialmente

um super endividamento público e privado que colocou barreiras ao crescimento japonês. Ao mesmo tempo, a questão demográfica foi relevante, com os japoneses entrando em período de baixo crescimento populacional enquanto os EUA colhiam os frutos dos *babyboomers* jutamente naquela década. Diversos estudos mostram como o forte crescimento da produtividade americana na década de 90 tem a ver com seu perfil demográfico, em que os *babyboomers* chegaram à idade mais produtiva justamente naquela década, o inverso ocorrendo no caso japonês (Liu e Westeluis (2016), Feyrer (2007 e 2009)). Os EUA mais produtivos do que os japoneses ajudam a explicar parte dos caminhos que os dois traçaram na década de 90 e que fortaleceram ainda mais os americanos, sem falar obviamente no papel geopolítico do desmantelamento da União Soviética.

Esses e outros elementos possíveis ajudam a mostrar o distanciamento econômico que os dois países tomaram e fica a dúvida se isso também não teria levado a um distanciamento do *soft power* dos dois países. Será que se o Japão tivesse mostrado a força econômica que tinha nos anos 80 ele teria mais *soft power* do que de fato tem hoje? O mesmo vale para a discussão atual sobre a China. Discussões demográficas começam a impactar negativamente os chineses com o rápido envelhecimento da população e a rápida diminuição do processo de deslocamento da área rural para a área urbana. Ao mesmo tempo, os chineses passam por um rápido processo de endividamento, especialmente das empresas estatais (Kroeber (2016)). As discussões que permearam a relação Japão-EUA nos anos 80 e 90 voltam agora quando se vê EUA e China.

Por trás dessa discussão estão questões institucionais. O Japão não suplantou os EUA, mas segue sendo uma economia rica e colocando-se em 6º lugar no ranking de *soft power* que discutiremos mais à frente, segundo McClory (2017). A China se encontra nas últimas posições entre 30 países e ainda tem muito a evoluir para aumentar seu *soft power*. Mas o Japão mostrou estabilidade institucional e democrática ao longo de todo esse período, o mesmo não sendo claro com a China (Shambaugh (2013 e 2016)), que se mostra cada vez mais autoritária, com o presidente Xi Jinping dando demonstrações de que não sairá do poder tão cedo. Do ponto de vista institucional, teria a China condições de continuar sendo um poder relevante no futuro, ou sendo o poder parcial considerado por Shambaugh (2013)?

Ou seja, será possível que os chineses saiam da armadilha da renda média continuando a ser o regime quase ditatorial que ela só tem aumentado? São questões ainda sem resposta, mas que a análise institucional coloca sérias dúvidas sobre a capacidade chinesa de dar o salto tecnológico que ela quer dar.

Isso não quer dizer que os EUA também não passem por questões novas que envolvem sua capacidade de influenciar o mundo. É interessante notar que quando esta tese começou a ser pesquisada, em 2015, o mundo se encontrava de certa forma no automático em termos de política internacional. As grandes entidades criadas no pós-guerra (FMI, ONU, Banco Mundial, GATT, etc) serviam, e ainda servem, como balizadores importantes das decisões de política entre os países. Críticas sempre houveram sobre a capacidade dessas instituições em lidarem de forma adequada com as questões mundiais, mas esses críticos em geral eram países fora do status quo, como Venezuela, e países do Oriente Médio. Entretanto, 2016 mudou esse cenário.

A entrada de Donald Trump como presidente dos EUA balançou os alicerces de boa parte dos intelectuais e acadêmicos sobre a continuidade da ordem mundial implementada no pós-guerra. Alguns mais extremos, como Fukuyama (2016), apontaram que “uma presidência Trump sinalizará o final de uma era na qual os Estados Unidos simbolizavam a democracia para povos vivendo sob governos corruptos e autoritários pelo mundo”.

Em que pese a alta probabilidade de um governo Trump causar tumultos na ordem internacional, ainda é cedo para decretar o fim de qualquer coisa. Eventos relevantes como vitórias políticas desse calibre podem desviar de rota diversos países, mas a questão relevante é se Trump consegue desviar de rota um país com os inúmeros *checks and balances* que os EUA têm. Em uma ditadura “regular” o novo ditador populista tem as condições para mudar a trajetória do país, vide exemplos recentes como Hugo Chaves e seu sucedâneo Maduro na Venezuela. Mas não é tão simples caracterizar o fim tão rápido de qualquer coisa referente aos EUA dado seu histórico muito mais concreto de submissão às regras democráticas internas (Melo (2017)).

Há mais preocupação evidentemente com o que Trump pode fazer na seara internacional, onde tem mais flexibilidade para ser mais independente do Congresso

para decisões políticas. Entretanto, mesmo aqui há intensa discussão sobre a real capacidade de um presidente americano ser livre das amarras do Congresso. A tese das “duas presidências” indica que de fato o presidente dos EUA tem mais liberdade na política externa do que na doméstica (Canes-Wrone et al (2008)). Entretanto, Millner et al (2015) mostra que isso é verdade em alguns temas de política externa apenas e que mesmo a ideia de que o Congresso não tem voz nas decisões presidenciais sobre essas questões não é verdade. De fato, “one piece of our data points out that close to a third of the time when the president endorses a crucial foreign policy vote, he is unsuccessful in obtaining congressional approve” (p.12). Pode-se imaginar que em um governo Trump tal número poderia até aumentar.

Assim, há limites para toda a ideia de desmantelamento que assustou o mundo em 2016. Diversos analistas como Haass (2017), Nye (2017), Niblett (2017) e Mazarr (2017) consideram prematuro decretar o fim da ordem liberal e que muito provavelmente os EUA permanecerão como elementos importantes no jogo político internacional, em que pese a possibilidade da saída de alguns assuntos, como a capacidade de europeus e japoneses sustentarem suas próprias defesas militares. A guerra comercial engendrada por Trump desde 2018 também tem potencial de desgastar a OMC.

O motivo maior de preocupação sobre o compartilhamento de poder entre as superpotências pode advir de uma diferença crucial com o período da guerra fria. Naquela época, os EUA eram de fato a hegemonia econômica do mundo, em que pese não serem a hegemonia política, e quando surgiu um candidato a potência econômica, o Japão era aliado político de longa data. Não havia *Made in USSR* como elemento de conflito com os EUA e, por isso, o impacto doméstico da União Soviética era baixo. Hoje, a economia chinesa tem peso conhecido e causa distúrbios potencialmente maiores dentro da economia americana. Por exemplo, Millner et al (2015) considera a força dos grupos de interesse nas discussões sobre comércio dentro das discussões de política externa. O peso desses grupos chega a ser maior do que o Executivo e Legislativo juntos (p. 91). Dado que o interesse econômico contra a China é crescente pelos setores perdedores nos EUA, a tendência é que estes se tornem vocais nas decisões de comércio exterior, especialmente no receio de aumento do protecionismo. Como Zingales (2012), Rajan e Zingales (2004) e

Fukuyama (2014) notam, houve um crescimento de políticas pro-negócios (pro-business) e não pró-mercado como usualmente era nos EUA. Ou seja, grupos de interesse começaram a ter mais força do que no passado em decisões de política econômica, como podem ter de novo nesse momento com a desregulamentação esperada do sistema financeiro, por exemplo.

Dado que esses grupos são vocais nas discussões de comércio internacional, a tendência de aprofundamento das diferenças com a China é grande. Há, assim, um conjunto de grupos de interesse potencialmente fortes com capacidade de interferências nas discussões de tratados comerciais, como nunca se teve antes¹. O lobby da indústria do aço, presente com diversos membros do setor escolhidos para compor a nova Casa Branca, é exemplo de política pró-negócios, mas que pode ser contraproducente para o mercado como um todo. Ou seja, sobretaxar produtos chineses para beneficiar a indústria do aço americana apenas aumentará preços e causará, em exercícios de equilíbrio geral, perdas de bem-estar para a população (Noland et al (2016)). Com efeito, o aumento da tarifa de importação de aço e alumínio em 2018 teve o efeito de aumentar o custo de produção de modo que cada emprego gerado no setor em 2018 foi equivalente ao aumento de custo de US\$ 650 mil para cada usuário de aço (Hufbauer e Jung (2018)).

Toda essa discussão é obviamente ainda muito preliminar dado que ainda há muito a acontecer e se concretizar em relação aos medos de um governo Trump. Mas o pouco que se quis indicar aqui é o peso que as instituições podem ter para permitir ou deter que certas políticas ocorram. Uma decisão essencialmente deletéria de política externa feita por um presidente populista pode eventualmente ser barrada pelo Congresso, mas como dissuadir tais decisões se a estrutura institucional está fragilizada pela atuação dos grupos de interesse, que se sobrepõem ao benefício da sociedade? Vale dizer aqui que às vezes o benefício à sociedade não fica muito claro para a própria sociedade. Caplan (2007) mostra como o aumento do nível educacional permite que medidas pró-mercado tenham mais capacidade de ocorrer.

---

¹ Há toda uma literatura de economia política internacional que trata dos impactos de fatores domésticos e internacionais na composição de mais ou menos comércio, mas que não será avançado aqui por não ser relevante às discussões que virão (Rogowski (2010) e Alt e Gilligan (2010)).

Por exemplo, em seus estudos empíricos ele mostra que a população com baixo nível educacional é mais protecionista do que a que tem mais escolaridade.

O que ditará a evolução negativa ou não do governo Trump, assim, parece estar atrelado essencialmente a questões econômicas e de forças institucionais domésticas e internacionais. Um Congresso atuante pode barrar medidas de política externa contraproducentes vindas de grupos de pressão e do próprio governo e as instituições internacionais podem ao menos minimizar atuação maior de protecionismo, por exemplo, quando as contendas contra a China e México caírem na OMC. Interessante notar também como a contenda sobre a construção do muro na divisa entre EUA e México foi barrada por uma decisão do Congresso. Será de interesse de boa parte do mundo fortalecer essas instituições como contrapeso ao que os EUA sinalizam de enfraquecimento institucional potencial com o governo Trump. Ao mesmo tempo, os *checks and balances* dentro dos EUA parecem sinalizar uma maior contenção aos arroubos presidenciais.

O que se vê no mundo, assim, reforça o papel da economia e das instituições nos *checks and balances* das relações de poder. O tema dessa tese refere-se justamente ao impacto que a economia e as instituições podem ter em duas categorizações de poder que são o *soft power* e o *hard power*, que serão definidos e discutidos ao longo dos próximos capítulos.

Esses conceitos de poder surgiram nos últimos anos e começaram a entrar nas discussões acadêmicas com força especialmente na década passada. O Google Ngrams permite identificar o uso dos conceitos de *soft power* e *hard power* que aparecem em todos os livros listados de alguma forma no Google. O que se vê no gráfico 1 é que o conceito de *soft power* começou a aparecer intensamente na literatura na última década, ganhando força em cima do *hard power*. Em um mundo em que o liberalismo se expandiu durante esse período, nada mais natural que um conceito se sobreponha ao outro.

Gráfico 1. Percentagem de vezes que os conceitos de soft e hard power aparecem nos livros listados no Google (Ngrams Viewer).

Fonte: Google Ngrams Viewer.

Interessante notar que apesar da pesquisa acadêmica ter se voltado ao *soft power* nos últimos anos, as pesquisas de busca na internet mostram certa disparidade. O *Google Trends* indica que na média entre 2004 e 2018, a busca pelo conceito de *soft power* foi muito maior na China e na Rússia do que nos EUA. Os números são contrastantes, de fato. 100% das buscas na China foram por *soft power* enquanto 80% das buscas nos EUA foram por *hard power*. A busca nos últimos 5 anos ou no último ano não muda muito esse percentual. Interessante notar como as Américas têm interesse mais profundo pelo *hard power* do que a Ásia e parte da Europa (mapa 1).

O interesse chinês especialmente parece de acordo com a busca ao longo do tempo de uma imagem menos bélica, o que pode ser racionalizado pela necessidade de disputar poder com os EUA de outras formas que não pela agressividade de uma disputa militar. A própria guerra de tarifas recente entre China e EUA, um elemento usado nesse contexto com o *hard power*, mostra que os EUA sabem de sua capacidade de persuasão por *hard power* maior do que a China nesse momento. Além disso, para vizinhos como Japão e Coreia do Sul, que já passaram por conflitos bélicos com a China no passado, nada mais natural que a abordagem tenha que ser a mais branda possível dessa vez, mas já há sinais de aproximação entre China e outros países do sudeste asiático, como a Indonésia (Stuenkel (2016) e Wibowo (2009)).

Mapa 1. Percentual de pesquisa sobre soft power e hard power no Google – total 2004 a 2018

● soft power ● hard power

Fonte: Google Trends. Nota: quanto mais escuro, maior o percentual de pesquisa naquele item.

A ideia geral, que será testada empiricamente, é que boas instituições criam condições que permitem a expansão do *soft power* e a diminuição do *hard power* ao longo dos anos. Países com instituições sólidas inclusivas são países com economias mais avançadas, na linha de pesquisa institucionalista que se desenvolveu nos últimos 20 anos nos Estados Unidos, capitaneados por artigos de Daren Acemoglu e James Robinson, entre outros. Nada a acrescentar aqui nessa discussão, a não ser possíveis visões alternativas, como o peso das ideias (Mokyr 2016) e da cultura (Alesina et al (2013), Harrison et al (2002)) no desenvolvimento econômico. Entretanto, as evidências por hora parecem ser fortes o suficiente para corroborar a relação causal entre instituições e desenvolvimento econômico (Acemoglu et al (2001, 20015, 2014 e 2015) e Besley e Persson (2011)). Em um segundo passo, economias mais desenvolvidas tem espaço para maior desenvolvimento do *soft power*. De outra maneira, seria difícil imaginar um país pobre com alta capacidade de atração via *soft power*. O Brasil tem algum grau de *soft power*, mas coerente com o tamanho de seu desenvolvimento econômico, por exemplo.

Ao mesmo tempo, países institucionalmente mais fortes, com populações mais vocais e democracia, passam a optar por distribuição de gastos públicos que aumentem o bem-estar e diminuam a desigualdade. Gastos militares em algum momento no passado faziam mais sentido como itens de bem-estar pelos riscos que havia durante a Guerra Fria. Como alentado anteriormente, o governo Trump ainda é muito inicial para sinalizar que os gastos públicos militares se tornem novamente bens públicos que supostamente aumentem o bem-estar das populações. Pelo contrário, a ordem de prioridade para os americanos é bem menos o aumento do gasto militar do que os gastos sociais e a economia (tabela 1). Interessante notar que pautas progressistas como mudança climática e questões ambientais passaram a ser motivo de preocupação muito maior pelos americanos ao longo desta década.

Tabela 1. EUA: prioridades de políticas públicas (2011 a 2019)

Public's policy priorities: 2011-2019						
<i>% who say ____ should be a top priority for the president and Congress</i>						
	8 years ago Jan 2011	4 years ago Jan 2015	1 year ago Jan 2018	Now Jan 2019	8-year chg '11-'19	1-year chg '18-'19
	%	%	%	%		
Strengthening nation's economy	87	75	71	70	-17	-1
Reducing health care costs	61	64	68	69	+8	+1
Improving education	66	67	72	68	+2	-4
Defending against terrorism	73	76	73	67	-6	-6
Securing Social Security	66	66	67	67	+1	0
Securing Medicare	61	61	66	67	+6	+1
Problems of poor and needy	52	55	58	60	+8	+2
Protecting environment	40	51	62	56	+16	-6
Dealing with immigration	46	52	47	51	+5	+4
Improving job situation	84	67	62	50	-34	-12
Reducing crime	44	57	56	50	+6	-6
Dealing with drug addiction	-	-	49	49	-	0
Reducing budget deficit	64	64	48	48	-16	0
Addressing race relations	-	49	52	46	-	-6
Strengthening the military	43	52	46	45	+2	-1
Improving transportation	33	42	49	45	+12	-4
Dealing with climate change	26	34	46	44	+18	-2
Dealing with global trade	34	30	38	39	+5	+1

Notes: In 2013 and earlier, the item "dealing with the issue of immigration" asked about "illegal immigration." In 2015 and earlier, the item "Dealing with global climate change" asked about "global warming." Significant changes in **bold**.

Source: Survey of U.S. adults conducted Jan. 9-14, 2019.

PEW RESEARCH CENTER

Será interessante ver a disputa no âmbito internacional entre os EUA que, por ora, querem diminuir sua presença nas organizações internacionais, e a China. Isso vale especialmente pela incerteza que existe em relação a China querer ser um provedor de bens públicos (Nye (2017), Stuenkel (2016)) como os EUA o foram durante o longo período da pax americana, que, como dissemos, ainda está cedo para dizer que acabou. Mas a intenção chinesa de crescer nesse espaço pode ser vista com as diversas instituições que foram criadas ao longo dos últimos anos para dar ensejo às suas pretensões internacionais (Stuenkel (2015)).

Assim, países institucionalmente mais fortes e mais ricos tenderiam a dar mais espaço para soluções diplomáticas e de sinalização via *soft power* do que com o tradicional *big stick*. Certamente não é o caso de desconsiderar a importância do *hard power*, mas ele parece perder cada vez mais espaço nos últimos anos. Veja que isso não significa que não haja mudança na evolução do *soft* e *hard power* ao longo dos anos em um determinado país. Claramente, os EUA têm deixado o *soft power* mais de lado, o que se vê nos próprios indicadores desse tipo de poder que veremos no próximo capítulo. Ao mesmo tempo, os americanos sinalizam aumento de gastos militares depois da chegada de Trump. A análise empírica será feita para a média de um conjunto de países e não para um país só.

Mas, no geral, uma razão por trás da ideia de aumento contraproducente de gastos militares parece ser a percepção de que as guerras não conseguem mais ter o efeito de outrora. Elas deixaram de ser, nas palavras de Morris (2014), guerras produtivas. Em seu livro, a história das guerras que deram certo foram daquelas em que, de alguma forma, havia a incorporação das sociedades conquistadas. Ou seja, “...os vencedores das guerras incorporaram os perdedores em sociedades maiores. Para os seus líderes, a única maneira de fazer com que essas sociedades maiores funcionassem foi desenvolver governos mais fortes, e uma das primeiras coisas que esses governos precisavam fazer, se quisessem se manter no poder, era suprimir a violência dentro da sociedade” (Morris (2014,p:12,13). Sem a capacidade de incorporação efetiva dessas sociedades, o sonho liberal de levar a democracia para países perdedores de guerras nas últimas décadas parece não funcionar. Exemplo recente pode ser as recentes guerras no Iraque e no Afeganistão, que não conseguiram melhorar as instituições do país. De fato, utilizando os indicadores de

governança do Banco Mundial, que medem qualidade institucional e capacidade de Estado dos países, nota-se certa melhora no Iraque e no Afeganistão após o início da guerra (gráfico 2). Entretanto, de 2011 para cá houve queda no indicador iraquiano e o do Afeganistão tem apresentado certa estagnação em relação ao que era em 2003. De qualquer maneira, esse indicador vai de 0 a 100, sendo 100 o melhor. Nota-se que ambos países se encontram com um índice abaixo de 10, ou seja, ainda podendo ser considerado muito ruim. Como nos lembra Fukuyama (2015:15), “the huge investments in state-building in both places (Iraq and Afghanistan) by the United States and its coalition partners seem to have had limited effect.”

O caso da guerra da Bósnia na década de 90, por outro lado, pode ser considerado uma guerra produtiva, pois os países envolvidos receberam suporte constante da União Europeia, em que pese as dificuldades com a europeização dos Balcãs (Anastasakis (2005) e Brljavac (2011)). E parece ter havido melhora nos indicadores de governança da Bósnia ao longo dos últimos anos (gráfico 3).

Gráfico 2. Média dos indicadores de governança do Banco Mundial - 1996 a 2017 - Iraque e Afeganistão

Fonte: World Bank (2018). Nota: média anual do rank entre países dos indicadores de voice and accountability, estabilidade política, eficiência de governo, controle da corrupção, rule of law e qualidade regulatória.

Gráfico 3. Média dos indicadores de governança do Banco Mundial - 1996 a 2017 - Bósnia Herzegovina

Fonte: World Bank (2018). Nota: média anual do rank entre países dos indicadores de voice and accountability, estabilidade política, eficiência de governo, controle da corrupção, rule of law e qualidade regulatória.

Há quem ache, entretanto, que a diminuição das guerras nos últimos anos é um ponto fora da curva em uma tendência mais belicista do que pacifista. Como diz Cohen (2017:23)), “if, as Francis Fukuyama seems to believe, the big wars of the twentieth century were mere blips on a path to universally accepted norms of governance, one has to entertain the possibility that sustained peace, or at least the absence of massive war, was a blip, too”. Mas seguindo a visão persuasiva de Morris, haveria pouco espaço para guerras produtivas hoje, ou seja, que levassem à incorporação de alguma forma do país perdedor. Sendo este o caso, as guerras tenderiam a ser inócuas ao não gerar o resultado desejado de mudança democrática (Mearsheimer (2018)). Pelo contrário, poderiam levar ao desenvolvimento e acolhimento de terroristas (Cockburn (2015)).

Assim, se a guerra pode ser improdutiva e há disputa da sociedade mais vocal por recursos públicos, sendo que o gasto militar é visto cada vez menos como um bem público relativamente menos importante, sociedades institucionalmente mais fortes tendem a optar menos por conflitos bélicos.

Em resumo, instituições mais fortes levam a economias mais desenvolvidas. Essas sociedades conseguem desenvolver consequentemente maior *soft power* e diminuem o espaço para *hard power*. Em outras palavras, a presente tese tentará corroborar empiricamente que, assim como em economia as instituições ganharam espaço na caracterização do desenvolvimento dos países, o mesmo pode se dizer ao se buscar o impacto das instituições sobre o *hard* e *soft power*. A dinâmica assim parece passar antes pela necessidade dos países melhorarem suas instituições, abrindo espaço para que o *soft power* cresça em detrimento do *hard power*. Em relações internacionais, assim, talvez a identificação da importância das instituições domésticas tenda a ser relevante na dinâmica subsequente tanto do *hard* quanto do *soft power*. Cabe agora conceituarmos esses diferentes tipos de poder.

Além da presente introdução, esta tese estará dividida nos seguintes capítulos. O próximo trará um detalhamento do que se entende pelos conceitos de *soft power*, *hard power*, desenvolvimento econômico e instituições. Esses conceitos serão interligados para dar o pano de fundo empírico dos capítulos seguintes. No capítulo 3, testaremos empiricamente a hipótese de que economias mais desenvolvidas tendem a ter mais *soft power*. No capítulo 4, a tese buscará empiricamente a corroboração da hipótese de que mais instituições levam a menos *hard power*, especificamente considerando *hard power* aqui como gasto militar. O último capítulo é uma avaliação empírica dos possíveis impactos do gasto americano com *soft power* e *hard power* nas democracias mundiais, com os resultados apontando que o aumento dos indicadores de democracia no mundo levou a menos gasto militar nos EUA. Por fim, concluiremos.

2. Ensaio sobre as relações entre economia, instituições, soft e hard power

Introdução

O presente artigo tem por objetivo uma análise da relação entre economia e instituições com o *soft* e o *hard power*. A ideia a ser construída é que um nível elevado de desenvolvimento econômico permitiria que um país tivesse mais capacidade de *soft power*. Países mais ricos conseguiriam fazer com que sua cultura, valores políticos e política externa, por exemplo, fossem atrativos para outros países. Em contraposição, países ainda pobres teriam menos condições de serem exemplos e/ou ser atrativos nesses quesitos para outros países. Além disso, por trás da ideia de que a economia importa, está a de que as instituições também importam. Há toda uma literatura em economia que corrobora a visão de que instituições mais robustas levam a maior nível de desenvolvimento econômico, aqui simbolizado por maior nível de renda per capita. Assim, queremos fazer a ilação de que países com instituições mais fortes serão aqueles que terão condições de ter *soft power* também mais forte.

Ao mesmo tempo, o contrário parece acontecer no caso do *hard power*. Países com instituições mais fortes teriam ao longo do tempo menos *hard power*. A ideia aqui é que as demandas sociais se tornam tão mais relevantes que as demandas por gastos militares (como sinônimo aqui de *hard power*), que fariam com que instituições mais fortes, como no caso da democracia, levassem as pessoas a pressionar por gastos que lhe impactassem mais do que gastos militares.

Ao final, queremos dizer que instituições mais fortes tendem a corroborar maior capacidade de *soft power* e menor de *hard power* ao longo do tempo. Isso, claro, valeria para uma média de países e não necessariamente para países hegemons, como é o caso dos Estados Unidos, para o qual o peso do gasto militar sempre foi relevante. Entretanto, mesmo neste caso é possível mostrar que as democracias podem evoluir à despeito dos gastos militares americanos, como corroborado no último artigo desta tese.

Conceitos de *soft* e *hard power*

Poucos termos em relações internacionais ganharam o mundo como temos visto acontecer com as expressões *soft power* e *hard power*. Criados por Joseph Nye em 1990 (Nye (1990)), tais conotações passaram a distinguir as características subjetivas e objetivas nas relações de poder entre os países. Diz-se como subjetivas, no caso do *soft power*, por abranger elementos intangíveis em sua maior parte. Como diz o próprio criador do termo (Nye 2004:X), *soft power* “...is the ability to get what you want through attraction rather than coercion or payments”. A capacidade de atração aqui viria pela emulação de predicados próprios de cada país/pessoa/organização em que Nye escolhe como mais relevantes três específicos: cultura, valores políticos e política externa.

Esses itens são vistos como emanadores de *soft power* não por suas características objetivas, mas por questões subjetivas, não mensuráveis de autoridade moral. Esse tipo de poder, assim, caracteriza-se pela capacidade dos países de atraírem os outros para suas decisões, sem precisar apelar para elementos econômicos ou militares. Um exemplo do que seria *soft power* é dado em Nye (2004, p. 10) quando ele diz que “institutions can enhance a country’s soft power. For example, Britain in the nineteenth century and the United States in the second half of the twentieth century advanced their values by creating a structure of international rules and institutions that were consistent with the liberal and democratic nature of the British and American economic systems: free trade and the gold standard in the case of Britain; the International Monetary Fund, the World Trade Organization, and the United Nations in the case of the United States.”

Por outro lado, o *hard power* conecta-se estritamente com os meios materiais de um país. Considera-se o poder militar e o poder econômico como sinônimos de *hard power*. Assim, este age através de coerção, comando e indução (em contraposição à cooptação e atração do *soft power*), comportamentos claros quando se pensa em ação militar e econômica na concepção original do autor. Nye (2006) é explícito em não querer relacionar poder econômico com *soft power*. Entretanto, a concepção que ele entende como não sendo relevante para identificar se um país tem ou não *soft power* é através da capacidade de sanções econômicas que possam ser feitas. De fato, sanções entram na categoria de coerção e não deveriam ser consideradas como *soft*.

Da mesma forma, o *hard power* não deve ser visto como gerando exclusivamente capacidade de coerção. Nye (2006) considera que um poderio militar bem administrado pode ser uma fonte de admiração, citando os casos do apoio militar ao Sul Asiático depois do terremoto de 2005 e após o Tsunami no Oceano Índico em 2004.

Há exemplos também de uso da força naval como *soft power*. A China vem usando há anos o People's Liberation Army Navy (PLAN), através de um navio chamado Peace Ark, como instrumento de aproximação dos países. São navios com capacidade médica e de resgate usados ao redor do mundo. Além da China, somente os EUA e a Rússia têm navios hospitais no mundo. Como diz Zanardi (2018: 104), "The Peace Ark is part of the wider charm offensive of the Chinese government to counter the perception that its increase of naval power was a threat to others. China attempted to project the image of a benevolent naval power".

É importante aqui distinguir novamente a concepção de Nye sobre poder econômico e *soft power*. Ele coloca claramente o poder com base econômica como *hard power* (figura 1), o que é correto quando estamos pensando no uso de instrumentos de poder. Sanções certamente são instrumentos usados e impostos unilateralmente e provém de uma capacidade econômica relevante para poderem ter efeito, bastando pensar nas sanções que foram impostas ao Irã recentemente nas negociações para impedir a fabricação de armamento nuclear ou também as sanções que foram feitas pelos europeus à Rússia depois dos ataques à Ucrânia. Entretanto, não é essa configuração de poder econômico que se pretende qualificar nessa tese e que será discutido abaixo.

Ao fim e ao cabo, não há uma divisão clara de cada tipo de poder, crítica já feita por Baldwin (2016). Tudo pode ser *soft* ou *hard power* no final.

Figura 1. Diferenças entre *soft power* e *hard power*

	Hard		Soft	
Comportamentos	Comando	Coerção	Indução	Agenda
Recursos mais prováveis		força sanções	pagamentos suborno	Atração Cooptação
			instituições	valores cultura políticas

Fonte: Nye (2004, p.8).

De fato, os dois conceitos não são excludentes. Pelo contrário, o ideal é que exista a capacidade de convivência entre os dois em um terceiro conceito, o *smart power*, que seria a junção equilibrada no uso dos dois tipos de poder (Nye (2009)).

O *smart power* surgiu da percepção de que é inevitável que as duas forças coexistam, mas que possam ser usadas de forma inteligente, ou seja, sem desconsiderar a outra. Como diz Nye (2012, p. 262), esse poder “diz respeito a encontrar maneiras de combinar recursos em estratégias bem-sucedidas no novo contexto de difusão de poder e na “ascensão do resto.”” Ou como pontuado de forma prática por Andrew Shapiro, ex-funcionário do Departamento de Estado americano, “o conceito de ‘poder inteligente’ – a inteligente integração e ligação em rede de diplomacia, defesa, desenvolvimento e outras ferramentas dos chamados poderes ‘duro’ e ‘brando’ – está no âmago da visão política do presidente Obama e da secretária Clinton” (Nye (2012, p. 264).

Vale aqui lembrar que ambos conceitos se enquadram na definição clássica de poder de Dahl (1957) e amplamente explorada em Baldwin (2016). Para Dahl, define-se poder pela capacidade de A fazer com que B faça alguma coisa que B não faria de outra maneira. Para Baldwin, entretanto, o conceito de *soft power* não seria diferente do conceito de atração que Lasswell e Kaplan (1950) já haviam discutido antes até do que o clássico artigo de Dahl em 1957. Segundo Baldwin (2016: 170), “soft power is not an instrument to be used by foreign policy makers, but rather an outcome to be sought by a wide variety of means. It is difficult to imagine any technique of statecraft that could not be used in some situation with respect to some target in order to produce soft power as an outcome. The term soft power may be recent, but the concept of attraction as a base value is hardly new”.

O argumento de Baldwin não enfraquece a ideia de *soft power*, apenas a coloca em uma origem mais distante do que a novidade que parecia ser em 1990. Mas ao separar o *hard* do *soft* houve a oportunidade de se discutir questões que até então eram focadas quase exclusivamente nas questões militares e econômicas quando se discutia poder. Vale aqui citar os benefícios que Baldwin (2016:170) considera sobre a distinção que se criou: “despite the lack of agreement with respect to the meaning of soft power, the impact on policy and policy analysis has been both significant and beneficial for a number of reasons: (1) It has directed (attracted?)

the attention of students of international relations away from their traditional preoccupation with military force and toward alternative techniques of statecraft. (2) It has reminded scholars, journalists, bureaucrats, politicians, and the public that national images matter and that they can be manipulated. Being perceived as an international policeman, an international bully, or an international empire builder may or may not be in a country's national interest; but concern about the image of a country projects to the rest of the world is always in the national interest. (3) It has stimulated a number of panel discussions, conferences, articles, and books focusing on soft power and thereby enhancing our understanding of power in an international context. Nye's discussions of soft power stimulated and clarified the thoughts of policy makers and scholars alike – even those who misunderstand or disagree with his views”.

Assim, apesar dessas ideias já estarem relativamente bem fundamentadas, em que pese as divergências, ainda são muito estudadas pelos seus sintomas, ou seja, naquilo em que elas podem agir através de um já existente *soft power* ou *hard power* (especialmente no caso do primeiro). Além de certo jogo de adivinhação sobre o que pode ser *soft power*, que parece englobar cada vez mais características muito amplas, como já notado por Baldwin (2016), não se discute quais os condicionantes mínimos necessários que levariam um país a ter mais *soft power* ou menos *hard power*.

Não se coloca em discussão neste estudo o uso específico de cada poder, como cada país o demonstra através de suas ações. A ideia é considerar aqui o poder como potencial (Dahl (1957, 1961) e Baldwin (2016)). Ou seja, usando uma metáfora econômica, há um “estoque” de poder que os países vão acumulando ao longo de sua trajetória, mas não se busca analisar o “fluxo” anual desse poder. Isto é, não se buscará entender as n interações possíveis que podem fazer que um país em determinado ano use mais ou menos *hard* ou *soft power*. A ideia dessa tese, assim, é buscar alguns elementos necessários (mas não suficientes) que julgamos importantes para entender se um país terá mais ou menos “estoque” de *soft* e *hard power* e não como eles seriam usados por cada país.

Na conceituação iniciada por Nye existe apenas uma tipologia e mesmo em artigos posteriores não parece haver aprofundamento nesse sentido (Nye 2014)). Gallarotti

(2011) aprofunda um pouco mais a capacidade desses países em usar os dois poderes em uma conceituação cosmopolita, que usa ingredientes do realismo, liberalismo e do construtivismo. Nessa definição o uso inteligente do *smart power* levaria a um *soft empowerment* e a um *hard disenpowerment*. Neste caso, o uso abusivo do *hard power* poderia diminuir a capacidade de poder de um país ao longo do tempo. Gallarotti (2011:35) chega a considerar o poder econômico como elemento que serviria de base para cultivar *soft power*, em que o mau uso do poder econômico poderia restringir a capacidade de expansão do *soft power* de cada país, mas sua análise não passa dessa simples consideração. Um dos elementos dessa tese é dar embasamento empírico para a importância da economia para o *soft power*.

Relação entre economia e soft power

Nesse ponto começamos a destrinchar as relações entre economia e *soft power*. Mas, para isso, e pensando já na parte empírica, é necessário discutir a proxy que será usada para desenvolvimento econômico. Ela será baseada de forma simples no tamanho do PIB per capita de cada país. A ideia é que quanto mais rico o país, mais desenvolvimento econômico ele tenha. Não se usa o tamanho do PIB em si, pois isso não configura padrão geral de riqueza. Por exemplo, como apontamos em gráfico abaixo, a China hoje é a segunda maior economia do mundo, mas em termos de PIB per capita ainda pode ser considerado um país relativamente pobre, abaixo até do que o Brasil. Sob diversos critérios econômicos, a China parece mais pobre que os EUA, apesar do PIB maior. Com efeito, o PIB per capita chinês é apenas 23% do PIB per capita americano (gráfico 4), e mesmo a produtividade também se encontra baixa na comparação com os EUA. A China ainda não passou da armadilha da renda média, ou seja, ainda não deu o salto tecnológico e institucional que permitiria alcançar crescimento sustentável (Rodrik et al (2017)).

Gráfico 4. Produtividade e PIB per capital chinês (EUA=1)

Fonte: Penn World Table.

Por outro lado, quando comparamos Brasil e Coréia do Sul, salta aos olhos a diferença ao longo das décadas. Até os anos 70 o Brasil era muito mais produtivo que os coreanos e o PIB per capital brasileiro era parecido com o coreano quando comparado com o americano (gráficos 5 e 6). A partir da década de 80, os coreanos e brasileiros divergiram bastante nos dois critérios. Houve maior democratização nos dois países naquela década, mas as instituições aqui são elementos importantes para explicar parte dessa diferença. Os coreanos tiveram mais estabilidade institucional, com poucas mudanças de regras, e reformas pró-mercado ao longo dos anos (Acemoglu et al. (2005)). O Brasil teve uma possibilidade de melhora significativa de aumento da produtividade, por exemplo, nos anos 90, quando houve busca por maior abertura da economia, que acabou falhando pelos lobbies que impediram o aprofundamento da abertura. Não ajudou nesse sentido o ritmo de abertura, que por ter sido agressivo e sem a companhia de outras reformas, acabou naufragando e impedindo que o país alcançasse níveis maiores de produtividade. Por trás disso estão instituições fracas que cederam ao canto da sereia do protecionismo.

Gráfico 5. Produtividade Total dos Fatores (TFP) do Brasil e da Coréia do Sul (EUA=1)

Fonte: Pen World Table.

Gráfico 6. PIB per capita do Brasil e da Coréia do Sul (EUA=1)

Fonte: Penn World Table.

Ou, na precisa descrição de Solingen (1998 e 2014), a cultura tradicional *inward-looking* do país prevaleceu sobre a *outward-looking*, especialmente a partir da eleição do ex-presidente Lula. Colocando nos termos de teoria institucional de Acemoglu e Robinson (2012 e 2013), essa cultura *inward-looking* seria exclusivista enquanto a cultura *outward-looking* seria inclusiva. Basicamente porque a agenda

desta última, por competição com outros países, estaria menos afeita a captura por *cronies* domésticos. O papel das instituições na teoria de Solingen é subliminar, mas leva a conclusões semelhantes, sob outra ótica, aos estudos de Acemoglu e Robinson e outros. De fato, para Solingen (2014:5), “where inward-looking coalitions realize their favored model, they challenge the reach of markets, international institutions, and powerful states, asserting complete sovereignty and control across issue-areas. Their grand strategy, in its purest form, hinges wholly on the interests of state industry and ancillary inward-looking military-industrial sectors, as well as of ethnic, religious, and nationalist groups threatened by internationalization.” Essa descrição é semelhante, com abertura mais internacional, ao que Acemoglu e Robinson considera como instituições extrativistas. Nas palavras de Acemoglu e Robinson (2012:81) “we will refer to political institutions that are sufficiently centralized and pluralistic as inclusive political institutions. When either of these conditions fails, we will refer to the institutions as extractive political institutions.”

A ideia de PIB per capita elevado configura, no geral, um país que resolveu em grande parte problemas mais básicos de bem-estar de sua população. É como se as demandas mais básicas da sociedade tivessem sido encaminhadas e, com isso, o país conseguisse duas coisas: primeiro, ser um exemplo para outros países de que se tornar mais rico gera benefícios gerais para a sociedade; segundo, abre espaço para que outros gastos possam ser feitos para ampliar a imagem do país no exterior.

Pode causar estranheza o uso do PIB per capita ao invés do PIB total, pois em relações internacionais usualmente é este indicador que confere status de poder entre as nações. Mas o que se quer justamente colocar é que um país com PIB elevado não necessariamente será um país capaz de manter sua capacidade de persuasão por *soft* ou *hard power* se as condições domésticas não estiverem bem encaminhadas, querendo-se dizer por isso que é necessário que o país tenha um nível elevado de desenvolvimento econômico que poderá trazer estabilidade de longo prazo. Mas é verdade também que o PIB per capita pode ser enganoso em alguns casos. Diversos países com elevado nível de recursos naturais, especialmente petróleo, podem ter um nível artificialmente elevado de PIB per capita, como países do Oriente Médio, sem que isso signifique nível de desenvolvimento econômico de longo prazo (Collier e Venables (2011)). Ou seja, será que esses países conseguirão

manter seu nível de crescimento se mantiverem a dependência do petróleo, um produto que as próprias empresas de petróleo reconhecem que deixará de ser tão relevante como hoje em 20 ou 30 anos (Dale e Fattouh (2017))? E, de fato, não deixa de ser verdade também o papel dos recursos naturais em piorar o processo institucional dos países. Como nos lembram Sinnot et al (2010:43), “no cerne da história institucional, encontra-se a possibilidade de rendas econômicas grandes e voláteis – em geral, oriundas de minerais, em especial do petróleo – corromperem o processo político, levando à patronagem e ao compadrio, à busca de rendas econômicas e, em situação extrema, à instabilidade política e conflitos violentos.”

Aqui voltamos a um ponto relevante, levantado pelo professor Rodolpho Bernabel na qualificação desta tese: quem influencia as decisões de política internacional o fazem porque tem alto PIB per capita ou alto PIB? Olhando do ponto de vista de curto prazo, claro que um PIB elevado tem extrema importância, mas a questão que os estudos de impacto das instituições sobre a economia trazem é se esse PIB elevado vai durar muito tempo se as instituições não forem bem desenhadas. Por isso o exemplo da China pode ser enganoso: eles têm elevado PIB, logo será o maior do mundo, mas em termos de desenvolvimento institucional estão longe de atingir um bom resultado. Pular de um PIB per capita médio para um elevado dependerá de questões institucionais que não parecem estar presentes na China de hoje (Shambaugh (2016) e Kroeber (2016)), seguindo os passos do que Japão e Coreia do Sul passaram ao longo das décadas, ou seja, de países com estruturas institucionais precárias e alguma experiência democrática para o contrário hoje.

Brasil e Argentina parecem ser dois exemplos, nesse sentido, dessas questões de desenvolvimento de longo prazo. As profundas crises fiscal e política dos dois países levaram a uma perda de imagem e relevância em organismos internacionais. Basta lembrar que o Brasil deixou de pagar diversas anualidades de organismos internacionais (Celestino (2016) e Chade (2016)) e depois de anos de estranhamento no período Christina Kirchner a comunidade internacional começou a olhar o país com outros olhos (Trinkunas (2016)). Ao longo desse período de crise ambos países deixaram de ter a voz que tinham quando foi possível, por exemplo, eleger Roberto Azevedo para diretor-geral da OMC. O lançamento da candidatura da argentina Suzana Malcorra, mesmo fracassado, à Secretária Geral da ONU também

não pareceria ser possível antes do governo Macri pelo poder de veto americano no Conselho de Segurança do órgão. Aqui são dois exemplos de países que se perderam em seus processos de desenvolvimento e, hoje, possuem PIB per capita relativamente baixo. E as questões que levaram a esses países a terem essa performance ruim estão relacionadas a boas ou más instituições (Lisboa (2019), Fukuyama (2008)), que serão discutidas mais à frente.

Esses são exemplos de países que quiseram (e ainda tentam) ter alguma capacidade de influência nas decisões de política internacional, mas sem ter conseguido o mínimo equilíbrio econômico interno em seus países. A ideia central aqui é que um país que quer ter presença de *soft power* relevante só será possível, como condição necessária, mas não suficiente, se houver condições econômicas mínimas para tal. Essa ideia não é necessariamente nova, já tendo sido considerada, por exemplo, em Stunkel (2016:107), quando diz que “o poder econômico é, portanto, uma pré-condição fundamental para uma projeção global de *soft power*.” Aqui não basta ter PIB per capita elevado, mas também certa constância e persistência nessa condição².

Novamente o exemplo argentino é ilustrativo. É conhecido o empobrecimento relativo do país ao longo do último século (The Economist (2014)). Entretanto, no começo do século passado o país tinha nível de PIB per capita similar às principais potências do mundo, inclusive os EUA (Campos et al (2014)). Nessa época, os países mais estáveis eram considerados aqueles com crises externas menos abundantes, que conseguiam certa estabilidade através das regras de padrão-ouro sem se endividar a ponto de entrar em crise de endividamento (Eichengreen (2008)). Entre 1890 e 1949 a Argentina, junto com Honduras, foram os únicos países da América Latina a não entrar em default de dívida externa (Reinhart et al. (2009)). Com um nível de renda per capita elevado e sem crises externas abundantes, a Argentina era

---

² A persistência do desenvolvimento econômico está estritamente relacionada com a persistência de instituições de qualidade, mas não se descarta outras formas de persistência, como a história e a geografia de cada país na geração de riqueza (Nunn (2014) e Kaplan (2012)). Entretanto, geografia e a história não tem como ser mudadas, mas as instituições podem ser alteradas para gerar novos equilíbrios de riqueza no futuro. Há toda uma discussão sobre o determinismo institucionalista que os artigos de Acemoglu e Robinson trouxeram (Banerjee e Duflo (2014)), mas que não interferem na ideia central desse texto, qual seja, de que as instituições têm papel relevante no desenvolvimento econômico e, consequentemente, no desenvolvimento do *soft* e do *hard power*.

considerada o país mais importante no continente, depois dos EUA. Um exemplo de como o país tinha mais prestígio foi o encaminhamento positivo da Doutrina Drago³ no âmbito do direito internacional em discussões que perduraram de 1902 a 1907. Ao longo das décadas seguintes, entretanto, o país começou a deixar de ter relevância, da mesma forma que sua capacidade de interferir e/ou liderar discussões no âmbito da diplomacia externa também foi recuando. Esse tema será retomado como exemplo ao final deste capítulo.

Em resumo, Nye sugere a distinção entre *soft* e *hard power* na configuração da figura 2 (lado esquerdo), sem grandes elucubrações sobre as condições necessárias de cada elemento. Nesta tese pretendemos contextualizar o desenvolvimento econômico como elemento importante necessário para que o *soft power* floresça. Mais ainda, testaremos a hipótese de que as instituições são elementos importantes de *hard disempowerment*, ou seja, países com instituições mais fortes necessitariam de menor poder militar ao mesmo tempo que tal evolução institucional implicaria em ampliação do desenvolvimento econômico (sintetizado aqui como o PIB per capita de cada país) que seria, por sua vez, um sancionador importante de *soft power*.

---

³ A Doutrina Drago foi uma resposta do Chanceler Argentino, Luiz Maria Drago, a uma intervenção armada de potências europeias na Venezuela em 1902 por não pagamento de dívida. Apelando para a Doutrina Monroe, que buscava colocar os EUA como única ponte de interferência na América Latina em questões de endividamento, a Doutrina Drago acabou sendo parcialmente encampada pela aprovação da proibição de intervenções militares em cobranças de dívidas externas na Segunda Conferência de Paz de Haia, em 1907 (Souza (2008)).

Figura 2. Instituições, *soft power* e *hard power*

Relação entre desenvolvimento econômico e instituições

A literatura que relaciona desenvolvimento econômico e instituições tem amplamente corroborado a relação causal e positiva entre ambas, em que instituições inclusivas geram crescimento e desenvolvimento (Acemoglu et al (2001, 2005, 2014, 2015), Fukuyama (2008), North (1981, 1990 e 2005), Greif (2006 e 2015), Nunn (2014), Masuch et al (2016) e Besley e Persson (2011). O objetivo dessa tese, assim, é destacar empiricamente essas relações corroborando a ideia de que faz mais sentido uma relação entre *soft power* e *hard power* em que o desenvolvimento econômico e institucional de um país tende a tornar o primeiro tipo de poder mais relevante que o outro.

Instituições aqui serão entendidas no conceito já clássico de North (1990, p. 3) que diz que “institutions are the rules of the game in a society or, more formally, are the humanly devised constraints that shape human interactions. In consequence they structure incentives in human exchange, whether political, social, or economic.” E o

fato delas serem positivas para a sociedade vêm da ideia que “the major role of institutions in a society is to reduce uncertainty by stablishing a stable (but not necessarily efficient) structure to human interactions” (North (1990, p. 6)). Vale dizer que algumas críticas lançadas à teoria das instituições por Ogilvie e Carus (2014) em nada impactam as questões aqui tratadas. Há uma discussão grande nos estudos empíricos se as instituições que engendraram positivamente os primeiros mercados a florescerem, como os do Magreb ou de Champagne, exemplos comuns na literatura, eram privados ou públicos. Não importa. Importa neste caso a estabilidade institucional ao longo do tempo e a funcionalidade dessas instituições. É uma falsa questão a dicotomia público-privado aqui. Os maiores proponentes desses estudos, como Acemoglu e Robinson (2013:173), dizem que “the fundamental approach to policy prescription in economics derives from the recognition that the presence of market failures – like externalities, public goods, monopoly, and imperfect competition – creates room for well designed public interventions to improve social welfare.”

A definição de Acemoglu et al (2006) separa o que é instituição política do que é instituição econômica. A primeira nada mais é que a capacidade de distribuição de poder político entre diferentes grupos socioeconômicos e é capaz de determinar as instituições econômicas. Greif (2006, p. 30) define de forma menos exógena e mais endógena. Em sua visão, “an institution is a system of social factors that conjointly generate a regularity of behavior” ou “an institution is a system of rules, beliefs, norms, and organizations that together generate a regularity of (social) behavior”⁴.

As três definições se encaixam no que poderia ser descrito como *capacidade institucional*: instituições que geram estabilidade nas relações entre os atores da sociedade, proporcionando também possibilidade de estabilidade econômica. O conjunto de instituições e sua estabilidade é importante, pois a construção per si de algumas instituições econômicas positivas pode gerar crescimento em um

---

⁴ Novamente, há toda uma discussão sobre se as instituições são exógenas ou endógenas, com Acemoglu e Robinson (2013) sendo mais pessimistas no determinismo institucional do que Banerjee e Duflo (2014), por exemplo. De qualquer maneira, ambos consideram que as instituições causam impacto positivo na economia, independentemente do determinismo institucional de cada país.

determinado lugar e em um determinado período, mas não ser possível de generalizar para todo o país por todo o tempo.

De forma geral, a ideia do impacto das instituições pode ser simplificada no esquema da figura 3, em que a sequência de instituições políticas em combinação com determinada distribuição de recursos leva a uma determinada performance econômica e distribuição de recursos, sendo que terá crescimento econômico ou não a depender do desenho das instituições políticas ao longo do tempo.

Figura 3. Esquema de impacto das instituições na economia

Fonte: Acemoglu et al (2005:392).

É interessante notar como a ideia de instituições permeia todo estudo sério sobre crescimento econômico recentemente. Por exemplo, Crafts (2018) resume em seu livro a melhor parte da literatura sobre o desenvolvimento da economia britânica ao longo dos séculos incluindo o papel das instituições, algo que não era nem considerado em seus livros da década de 80. Outros autores que antes possuíam visão mais estrutural de crescimento, não dependente de instituições, mudou de percepção nos últimos anos. Por exemplo, Rodrik (2017 et al:28) diz que “given where Brazil stands in term of its stage of development, it is reasonable to expect that future growth will have to rely predominantly on investment in fundamentals (institutions and human capital).” A ideia de que as instituições são necessárias para o desenvolvimento econômico hoje permeia praticamente quase toda a literatura econômica sobre crescimento.

Mas a ideia de estabilidade institucional aqui também é importante. Países politicamente frágeis com mudanças institucionais frequentes, como é o caso geral ao longo de décadas da América Latina, traz insegurança para o investimento e, conseqüentemente, o crescimento. Países que fizeram investimento em seu

arcabouço institucional através de mudanças marginais conseguiram criar estruturas institucionais mais difíceis de serem mudadas e, portanto, mais estáveis. Aqui é interessante notar um ponto para o investimento em instituições em um país. Tanto quanto uma “boa” instituição também é relevante que ela não seja passível de grandes mudanças com frequência. A previsibilidade institucional também é algo a se contar para que o crescimento perdure. O caso argentino no século XX e o Brasil em sua história são exemplos de países que passaram por turbulências institucionais em série, impedindo a consolidação de investimentos institucionais.

Quanto mais investimentos são feitos nessas instituições, maior o custo de mudança e mais previsível se torna essa economia. Pierson (2004:151) constrói uma figura ilustrativa dessa questão (figura 4). Se um país possui pontos de veto (*veto points*) fáceis de serem contornados, há um custo imediato de revisão institucional (ponto A). Se há coordenação envolvida entre os agentes para que a revisão ocorra, esse custo tende a ser crescente ao longo de certo tempo (ponto B). Mas se há investimento permanente para que o arcabouço institucional permaneça, o custo de revisão fica tão proibitivo que a tendência é que não haja espaço para revisões (ponto C) e essa instituição se consolida.

Exemplo recente no Brasil pode ser dado no arcabouço de política monetária, em que regras foram sendo criadas desde o início do regime de metas de inflação em 2000, aperfeiçoando o sistema. Quando da interferência indevida no sistema nos dois mandatos da ex-presidente Dilma, a reação foi buscar mais garantias institucionais para o sistema, em discussão em 2019 através da nova Lei de Independência do Banco Central.

Figura 4. Fontes de resiliência a mudanças institucionais ao longo do tempo

Outro exemplo interessante da persistência das instituições é dado por Putman et al. (1993). Eles fizeram um estudo sobre o capital social na Itália, em que 15 governos regionais foram criados na década de 70 ao longo do país. Mesmo estando sob as mesmas regras, esse experimento trouxe como resultado divergências de crescimento entre regiões, em que as do Norte tiveram desempenho melhor que as do Sul. Segundo os autores, traços sociais que remetem ao século XII foram fundamentais para explicar essa diferença. Cidades que eram livres, com maior participação democrática naquele século, foram gerando laços culturais ao longo dos séculos. Como nos lembra Alesina et al (2013:2), “citizens of free cities developed a deep sense of civic and cooperative behavior, a cultural trait they transmitted from generation to generation”. Guiso et al (2013) corroboram Putman empiricamente em que as cidades italianas que tinham auto-governo no século XII tinham mais capital cívico hoje. A ideia de persistência institucional vem não apenas de instituições em si, mas dos traços culturais levados de geração em geração que perpetuariam as boas instituições criadas lá atrás.

Como se vê, instituições são características de longo prazo, mutáveis ou persistentes ao longo de séculos ou décadas. Isso coloca certa nuvem sobre processos recentes de desenvolvimento como a China, para a qual há enormes dúvidas sobre a capacidade de desenvolvimento de longo prazo, sem que sólidas instituições tenham

sido geradas e perpetuadas ao longo de sua história. Mesmo sendo um caso recente, é inevitável dizer que as instituições econômicas chinesas evoluíram de forma significativa ao longo das últimas décadas, permitindo que o país desse um salto em seu *soft power* em comparação com o que possivelmente era na década de 70 (McClory (2017)).

Esse introito sobre instituições nos leva aos testes empíricos centrais dessa tese: quanto mais *capacidade institucional*, mais desenvolvido é o país e mais capacidade de gerar *soft power*, mas menos de gerar *hard power*.

Não se quer dizer aqui que haja qualquer ideia excludente entre os poderes nem sinalização que a existência de apenas um tipo de poder seja válida, mas que, talvez, o mundo possa de fato estar caminhando para uma relação nos moldes de Gallaroti (2011) com mais *soft empowerment* e *hard disempowerment*.

Ou, no mínimo, um *hard power* que seja usado de forma muito mais parcimoniosa do que no passado. Por exemplo, Mearsheimer e Walt (2016, p. 80) consideram que “if the American people want to encourage the spread of liberal democracy, the best way to do so is to set a good example. Other countries will more likely emulate the United States if they see it as a just, prosperous, and open society. And that means doing more to improve conditions at home and less to manipulate politics abroad.” Mearsheimer (2018, 2014) especialmente tem sido forte crítico do uso abusivo da força americana fora do país para tentar implementar democracias através da força. Há aqui a velha dicotomia realista de ser liberal no doméstico e realista no front externo. Como Mearsheimer (2018:139) diz, “liberalism can be a powerful force for good inside states, but not when states are dealing with the wilder world.” Seu racional é que o aumento do nacionalismo nos últimos anos fez florescer o caráter social dos arranjos humanos, que faria com as pessoas olhassem outro país não como indivíduos, mas como pertencentes a algum grupo social. No caso, esses grupos se mostraram mais nacionalistas e, portanto, com olhar menos liberal para outro país. Nas palavras de Mearsheimer (2018), “it is not impossible for the United States to impose liberal democracy abroad. But successes are the exception, not the rule, and they usually occur in countries with a particular set of internal characteristics. It helps greatly, for example, if the target state is ethnically and religiously homogeneous and has a strong central government, reasonably high

levels of prosperity, and some experience with democracy.” De fato, uma série de estudos têm corroborado essa visão.

Por exemplo, Enterline e Greig (2008:331) faz uma avaliação empírica de todas as interferências em outros países feitas desde o século XIX e identificam que “by 20 year following democratic imposition, 67% of those in the low group and 44% in the medium group have failed. Among the most consistently democratic polities, only 30% fail by this 20-year rank”. Além disso Enterline e Greig (2008:338) dizem que “imposed democracies in the poorest group of states are the most likely to fail rapidly...At the 20-year rank, 71% of imposed democracies in the highest development strata persist while only 55% in the middle group continue to survive. Imposed democratic regimes in the poorest states continues to lag, such that only 25% last at least 20 years.” Esses resultados são corroborados em outros estudos como Downes e Monten (2013), Easterly et al (2008) e Pickering e Peceny (2006).

Assim, tentar usar *hard power* para tentar mudar regimes políticos e aumentar o desenvolvimento de um país é algo cada vez mais raro de se tornar efetivo. Seria mais interessante estimular a democracia por outros meios, como o *soft power*.

Novamente, não se pode descartar a ideia de que o atual presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, reverta a trajetória liberal da relação dos países dos últimos 70 anos. Entretanto, esse processo ainda é muito recente e por mais que seja tentador comparar o atual momento com a década de 10 do século passado, as instituições são muito diferentes e mais sólidas do que eram então.

Mais ainda, a difusão de poder é de tal monta e as questões se tornaram tão inter-relacionadas (questão climática, terrorismo, ataques cibernéticos e pandemias, como nos lembra Nye (2013, p 154) que a necessidade de cooperação será permanente (Rogoff (2017) e Woods (2017)). Ao mesmo tempo, Nye (2013, p. 155) lembra da necessidade de que “leadership skills, particularly contextual intelligence, will be crucial as the United States adjusts to these twenty-first century structural changes”.

Além disso, Keltner (2016) lembra que o poder não é capturado, mas é dado a indivíduos por grupos. Em outras palavras, “what this means is that your ability to make a difference in the world is shaped by what other people think of you (Keltner

(2016, p. 43).” O argumento de Ketner é que o abuso de poder leva a sua própria diminuição e “abuses of power are at the heart of the power paradox and of so many problems of social living. When we lose touch with how others feel, cross lines in expressing our impulses, treat others rudely, and tell stories that demean, we have likely succumbed to the power paradox and are letting power undermine our efforts to make a difference in the world. Absolute power does indeed corrupt (Kelner (2016, p. 135).” Difícil não pensar que a falta de habilidade de liderança e o abuso de poder não diminuam o raio de ação que Trump possa alcançar. E a forma institucional americana ajuda isso a não piorar.

Hard power, economia, instituições e um esquema teórico geral

A relação entre economia e *hard power* (militar) já é um pouco mais difusa. É verdade que usualmente “military power, which some call the ultimate form or power in world politics, requires a thriving economy” (Nye (2001)), mas ter uma economia fraca ou não não é sinônimo de resultado militar, vide os exemplos da guerra do Vietnã e o crescimento bélico da Coreia do Norte. A ideia é que uma economia conseguirá seguir forte se tiver instituições que a levem a isso ao longo do tempo, mas essas instituições e uma economia forte não parecem ser condizentes com uma economia que vá usar cada vez mais poder militar.

O artigo de Mearsheimer e Walt (2016) aponta justamente a esse mau uso do poder militar pelos EUA. Ao invés de um uso explícito através de guerra direta com o país, como foi feito na Guerra do Iraque e Afeganistão, seria mais eficiente um poder militar delegado a outras forças regionais, como, por exemplo, deixar a Europa cuidar de sua segurança ou ter o Irã como ponto de apoio no Oriente Médio.

Talvez a ideia de que o poder militar esteja cada vez mais sendo contraproducente, em grande parte porque o poder não está apenas na mão dos estados mais, tendo se difundido na mão de diversos agentes (Naím (2013), Rifkind e Picco (2016)), mas também porque se perdeu a capacidade de guerras produtivas na concepção de Morris (2014)⁵, o que levaria à ideia de uma diminuição do uso do poder bélico, especialmente pelos EUA.

---

⁵ Morris (2014) sugere que as guerras foram produtivas ao longo da história, pois permitiram que o mundo gerasse riqueza depois da consolidação feita após as guerras. Sua ideia era que após a conquista partia-se para estabilidade na região invadida o que permitia que a sociedade florescesse naquele local. Hoje,

Mas, talvez, ainda não seja possível ver um caminho de divergência muito grande entre esses poderes, pois pode ser mais fácil usar o poder militar do que o *soft power*. Milner e Tingley (2016) estudam os condicionantes da política doméstica que estão por trás das ações de política externa nos EUA e identificaram que pode ser mais fácil usar o poder militar como instrumento de política externa, pois depende mais de uma decisão do Executivo e está menos passível de interferência de grupos de interesse. Por exemplo, grupos de interesse consolidados têm mais voz em acordos comerciais e sanções econômicas do que em uso de tropas, para o qual o Executivo tem mais palavra final do que grupos econômicos ou o legislativo, em que pese a necessidade de aprovação do Congresso em alguns casos.

Uma forma visual de avaliar essas configurações de poder e suas relações com as instituições é através da figura 5⁶. No diagrama, distingue-se *hard power* de *soft power* em cada eixo e países mais pobres (Y0) de países mais ricos (Y2) em cada curva de preferência. Aqui a referência a cada curva de preferência se dá pelo desenvolvimento econômico de cada país. Países com mais desenvolvimento econômico podem ter mais dos dois tipos de poder, ou consumiriam mais dos dois tipos de poder, na terminologia da microeconomia clássica. Instituições de melhor qualidade levam países com mesmo padrão de renda a aumentar seu *soft power* e depender menos de seu *hard power*.

A ideia pode ser melhor entendida comparando dois pontos específicos no gráfico, A e F, por exemplo. Nesses dois pontos há o mesmo nível de PIB per capita, mas o ponto A tem mais *soft power* do que *hard power*. No ponto A o “preço” do *soft power* é menor em relação ao “preço” do *hard power*. Em outras palavras, há mais abundância de *soft power* no ponto A e, portanto, menor “preço” do que no ponto F. A ideia de menor “preço” sinaliza que este tipo de poder poderia ter mais disponibilidade de uso do que o *hard power*, por ser mais fácil de ser alcançado. Em outras palavras, o custo para usar o *soft power* seria menor do que o custo para usar o *hard power*.

---

não haveria mais espaço para isso, ou seja, guerras produtivas, já que conquistas desse tipo como no passado são mais difíceis com as sociedades de certa forma já muito estabelecidas. Veja também Bauer et al. (2016).

⁶ A figura abaixo baseia-se na teoria da preferência da microeconomia, a qual gera relações de demanda para cada componente da cesta de consumo (Varian (1992)).

No esquema, pode-se considerar o padrão de renda mais baixo (Y0) representado, como exemplo, por Brasil (ponto A) e Rússia (ponto B): o Brasil com nível de renda per capita menor que a Rússia, mas com capacidade institucional diferente maior. Países com base militar relativamente menor, mas institucionalmente forte, como Alemanha, seriam um ponto intermediário, como C, que mostra um nível de renda maior, mas com instituições de muito melhor qualidade. Por fim, os EUA seriam o ponto E, com *hard power* similar ao russo (ponto B), mas com qualidade institucional e economia muito maiores. Quanto mais baixo o nível institucional em tese um país precisaria de mais poder militar, pois mais frágil seria seu sistema político e econômico. Talvez aqui a extinta União Soviética da década de 70 coubesse no ponto D, com padrão de renda semelhante aos EUA naquele momento e sob a ótica de muitos analistas também com poderio militar igual ao americano (Kagan (2002) e Walt (1985))⁷.

Sustentar um poderio militar sem ter capacidade institucional e econômica para tanto não pareceu ser um ponto de equilíbrio sustentável. Pontos como o D não parecem se sustentar no tempo. Ou voltam para o B, como a ex-União Soviética voltou como Rússia, com menos poder econômico e institucionalidade igualmente frágil, ou incrementa-se a qualidade institucional para conseguir aumentar seu *smart power*.

A China, hoje, parece também se manter em F, com *hard power* menor que o americano, mas querendo se aproximar (a China fica em terceiro em ranking militar no mundo (Sipri (2018))) e mesmo ultrapassar, como sinalização de força adicional que a China precisará demonstrar, como tem feito com a ampliação do poder militar marítimo no Oceano Pacífico, por exemplo (Shambaugh (2013)).

Caminhar para o ponto D significa manter padrões institucionais fracos com tentativa de poderio militar exacerbado, como em um *overshooting* do poder militar americano, como a União Soviética tentou em outros tempos. Pontos como D, assim, parecem ser insustentáveis, pois demandam elevado uso de *hard power* com pouco de *soft power*, sintetizados pelo baixo nível institucional. Em termos de preço,

---

⁷ Segundo Walt (1985), a relação entre o tamanho das forças armadas na União Soviética e aliados em relação aos EUA e aliados era de 0,99 em 1982 e a relação entre os gastos dos dois grupos era de 1,17, o que mostra que a capacidade militar os dois era bastante balanceada àquela altura.

considerando a restrição orçamentária microeconômica, pontos como D se sustentariam com oferta cada vez mais abundante de *hard power* em relação a uma oferta menor de *soft power*, ou seja, um preço de aquisição muito menor para o *hard power* do que para o *soft*. Há deslocamento cada vez maior de recursos públicos para esse tipo de gasto que, a partir de certo ponto, pode ser contraproducente, ou seja, aumenta-se o poder de coerção de tal maneira que diminui a capacidade de atração que o país poderia ter. Com o tempo isso também diminuiria a capacidade de expansão econômica do país, pois utilizou-se recursos para gerar gastos que não conseguiriam aumentar a produtividade, como os militares, em detrimento de gastos com *soft power* que poderiam, em um segundo momento, incrementar a capacidade de produtividade via aumento de comércio, por exemplo (Rose 2015)⁸.

Veja que as setas que saem do ponto de origem e perpassam as curvas de indiferença não significam que caminhando sobre elas existirá mais ou menos instituições. Em cada seta há a identificação de um padrão mais alto ou mais baixo de institucionalidade, como, por exemplo, nos pontos D e F que tratam praticamente do mesmo país (União Soviética e Rússia) em diferentes pontos no tempo, mas com padrão igualmente baixo de institucionalidade.

A ideia geral é que tanto o *soft* quanto o *hard power* respondem aos estímulos de aumento do desenvolvimento econômico e das instituições, ou seja, as duas variáveis são endógenas, enquanto as instituições são entendidas como exógenas, pois representam mudanças internas de cada país, que não são afetadas pelas escolhas entre *soft* e *hard power*. É verdade que regime ditatorial, por exemplo, tem a capacidade de dismantelar as instituições de um país, vide o exemplo venezuelano recente. Entretanto, o ponto anterior é perceber que o baixo nível institucional é que permitiu que um regime ditatorial existisse. Instituições mais fortes geram limitações para que golpes militares que ampliem o *hard power* aconteçam (Huntington (1968)).

---

⁸ Em que pese Rose (2019) não ter corroborado o impacto do *soft power* sobre o aumento do comércio exterior, usando variáveis instrumentais para corrigir para endogeneidade dessa variáveis.

Figura 5. Relação entre instituições, *soft power* e *hard power*

O objetivo geral dos outros capítulos, assim, é explorar as relações entre instituições e economia no *soft* e no *hard power* empiricamente. Será estudada a influência da economia na capacidade de *soft power* de um país; a influência das instituições no *hard power* (lendo-se por isso poder militar) e; no final, será feita uma relação entre *hard power* e *soft power* americanos para tentar identificar se essas políticas em conjunto possuem alguma capacidade de interferir positiva ou negativamente no regime político de um país. Esta última parte será uma tentativa, através de outros métodos empíricos (séries de tempo), de captar as influências conjuntas de *soft* e *hard power* nos regimes democráticos. A ideia é que se encontre um impacto positivo do *soft power* na democracia e negativo do poder militar, como de fato se corrobora. Em todos os casos serão feitos testes empíricos gerais para se identificar cada uma das relações. Antes disso, um pequeno estudo de caso.

Brasil e Argentina como exemplos históricos

Como já considerado nesta tese, nos últimos anos o Brasil optou por ter mais presença no cenário internacional, o que demandou aumento dos gastos do Ministério das Relações Exteriores (MRE). Neste período foram criadas novas

embaixadas e reforçada a posição do país nos diversos organismos multilaterais, o que consideramos um avanço em termos de *soft power*. Esse período de expansão da diplomacia brasileira se deu especialmente entre os governos FHC e Lula. O crescimento dos gastos do Ministério das Relações Exteriores passou do piso de R\$ 762 milhões em 2003 para R\$ 2,1 bilhões em 2008, um crescimento de 173% (gráfico 11). Esse período coincidiu com uma situação estável na macroeconomia, em que o crescimento do PIB do país neste mesmo intervalo foi de 40,2% pelos dados do IBGE (ainda assim abaixo do crescimento mundial do período de 48%, segundo dados do FMI).

A partir de 2011, as restrições fiscais começaram a ficar mais claras, como se percebe pelo ajuste fiscal feito no início do governo Dilma. Há uma deterioração significativa do déficit público, que é simultâneo à diminuição dos gastos com o MRE. Não é possível dizer exatamente o quanto a restrição fiscal foi responsável por essa diminuição e quanto o notório desinteresse por política externa por parte da presidente Dilma teve alguma interferência. Foi o período em que cortes nas embaixadas e nos pagamentos aos organismos multilaterais começaram a aparecer (Celestino (2016), Câmara dos Deputados (2016)). Por exemplo, o Brasil perdeu direito temporário ao voto no Tribunal Penal Internacional por falta de pagamento à Corte (Câmara dos Deputados (2016)) e chegou a dever R\$ 3,2 bilhões a diversos órgãos no pico da crise em 2016 (Chade (2016)). Como lembra Gadelha (2017:109), “o poder brando do Brasil está em queda, atribuída aos recentes escândalos de corrupção, à crise política e a questões de desigualdade.”

Gráfico 11. Gastos dos Ministérios das Relações Exteriores (R\$ milhões a preços de 2016) e Resultado Primário do Setor Público (% do PIB)

Fonte: STN, IBGE, Ministério do Planejamento. Elaborado pelo autor.

Parte das explicações ao atraso nos pagamentos é pelo país estar no auge do ajuste fiscal iniciado em 2015 na gestão Joaquim Levy no Ministério da Fazenda. Inevitavelmente, o *soft power* brasileiro acabou chamuscado por esses órgãos fazerem parte da capacidade do país em se vender lá fora. Exemplo disso foi a forte presença do Brasil na África, em que diversos projetos do BNDES foram feitos com intenção, entre diversas outras, de expansão geopolítica no continente. E essas intenções eram correspondidas pelos africanos, que viam no Brasil um país mais cordato que as potências tradicionais. Como lembra Zanini (2017:33) sobre as experiências do Brasil na Namíbia, “E por que não um acordo com os EUA ou uma potência europeia? Ou ainda com uma força emergente, como a China ou um vizinho com reconhecida capacidade militar, caso da África do Sul? Cada um tinha um problema, explicaram-me diversos namibianos: os EUA são relutantes em dividir tecnologia; europeus como Reino Unido ou Alemanha carregam o peso do passado colonialista, algo que se aplica também à África do Sul, de quem a Namíbia se separou apenas em 1990; por fim, a China não é exatamente conhecida por oferecer produtos de qualidade. Resta o Brasil: grande, experiente, benigno. “Em primeiro lugar, olhamos para a experiência do Brasil. Depois, para a disposição em dividir essa experiência e o know-how técnico”, afirmou Angula (entrevistado de Zanini).”

Reforça a posição também de que a evolução da economia é importante para o crescimento ou não dos gastos. De fato, visualmente vemos no gráfico 12 que há certa correlação entre os gastos no MRE e o PIB. Mais crescimento pode gerar espaço para mais gasto público da mesma forma que recessão em geral impõe restrições fiscais como têm sido o caso brasileiro nos últimos anos. Como nos lembra Mares e Trinkunas (2016:125), “Brazil has done exceptionally well when it showcases its remarkable domestic achievement in poverty reduction, middle class expansion, and food security. Unfortunately, it has been less effective in areas where its domestic record is mixed, such as infrastructure and energy development. And its efforts to promote alternative development funding agencies may one day pay off under the aegis of the New Development Bank, but so far have had a negative impact on its *soft power*.”

Gráfico 12. Gastos com o Ministério das Relações Exteriores versus índice do PIB (variáveis em logaritmo)

Outro exemplo interessante de se considerar aqui é a Argentina, já considerada pontualmente anteriormente. Nossos vizinhos eram os mais ricos da América Latina na virada do século XIX para o século XX. Em interessante artigo de comparação entre Chicago e Buenos Aires ao longo do século XX, Glaeser e Campante (2018) lembram como Chicago e Buenos Aires cresceram de forma similar ao longo do século XIX baseado em forte crescimento da agropecuária. Ao longo do século XX,

entretanto, as duas cidades e na verdade os dois países começaram a se distanciar. As razões são as mesmas elencadas pela discussão anterior sobre instituições, o que é corroborado também pelo artigo de Glaeser e Campante, que alude ainda às diferenças de investimento em capital humano em cada cidade (e consequentemente em cada país) que acabou por levar a essa diferença significativa de PIB per capita que se vê hoje. Interessante notar que se hoje os EUA são a maior potência na virada do século XIX ainda era a Inglaterra, mas mesmo aqui a comparação fica ainda melhor para a Argentina, com o PIB per capita tendo sido maior que o inglês durante diversos momentos do século passado (gráfico 13), em que pese o comportamento seguinte ter sido semelhante à queda que se viu na comparação com os EUA (gráfico 14).

Gráfico 13. Brasil e Argentina: % do PIB per Capita americano

Fonte: Maddison (2018). Elaborado pelo autor.

Gráfico 14. Brasil e Argentina: % do PIB per Capita inglês

Fonte: Maddison (2018). Elaborado pelo autor.

Nota-se que o Brasil nunca conseguiu se colocar em comparação com EUA e Inglaterra ao longo de sua história em termos de PIB per capita. No caso argentino, vale uma questão de persistência, como discutido anteriormente por Pierson (2004). O processo de desenvolvimento institucional vai acumulando investimentos ao longo do tempo a ponto de tornar reversões institucionais difíceis de acontecer. No caso argentino, não houve persistência de crescimento econômico que pudesse gerar investimento em instituições que pudessem realimentar o próprio crescimento.

O caso argentino foi um de crescimento por variáveis exógenas temporárias advindas do forte crescimento do capital físico e agrícola durante o final do século XIX, mas que a instabilidade política argentina não permitiu que esse crescimento inicial intenso pudesse se perpetuar. Como nos lembra Persson et al (2006), não apenas a democracia e as instituições em si que garantem o crescimento econômico, mas sua persistência ao longo do tempo.

A volatilidade e a baixa persistência no crescimento depois de forte empuxo inicial no século XIX parece de fato não ter ajudado no aprofundamento institucional argentino ao longo dos anos. Na diplomacia internacional, tirando recente momento mais positivo depois que Maurício Macri tomou posse, a Argentina nunca foi relevante nas discussões internacionais como poderia ter sido se a persistência do desenvolvimento econômico tivesse ocorrido.

Exemplo disso é lembrar o caso do bloqueio inglês na Venezuela em 1902. Depois de não pagar parcelas da dívida com a Inglaterra, esta lançou um bloqueio naval contra os venezuelanos entrando, de fato, em guerra. Mesmo em tempos de Doutrina Monroe, a parceria entre EUA e Inglaterra fez com que os americanos fizessem vista grossa ao bloqueio, o que começou a suscitar reações dos outros países latino-americanos.

Especialmente Brasil e Argentina foram mais ativos na discussão (Stuart (2011)), mas a Argentina foi mais vocal, lançando o que viria a ser conhecida depois como Doutrina Drago, já discutido anteriormente. Pela Doutrina, detalhada em uma nota enviada ao governo americano por Luís Drago, então Ministro das Relações Exteriores, em 29 de dezembro de 1902, o Estado soberano não deveria ser visto como se fosse uma simples empresa em que bens são arrestados em caso de dívida. Como diz Stuart (2011:127), “a sustentação do princípio de soberania adquire assim uma significação mais jurídica que política e, nesse sentido, a “nota” de Drago exprime o que já foi definido como um dos caracteres da política externa argentina: “a evasão pelo direito”, ou seja, a tentativa de instrumentalizar o direito internacional como meio de defesa contra as grandes potências.”

A Argentina tinha certa força econômica na época, mas não suficiente para conter o bloqueio inglês. Entretanto, a nota de Drago trouxe a discussão para a II Conferência da Paz de Haia, em 1907, em que se acordou que países não poderiam invadir outros para cobrar dívidas não pagas (Souza (2008)).

Obviamente há toda uma questão diferente de política externa entre Brasil, mais pragmático e querendo demonstrar correção de quem era bom pagador, e Argentina, mais “principista” e defensora de outros países de mesma origem espanhola. Também vale lembrar o papel de Theodore Roosevelt, presidente americano, com seu “corolário Roosevelt”, uma versão mais agressiva e intervencionista da Doutrina Monroe (Fausto e Devoto (2004)). De qualquer maneira, não deixou de ser uma demonstração de *soft power* que funcionou em parte pela discussão ter se desenvolvido na Conferência de Haia.

Aqui há outro ponto interessante a resgatar desse período na comparação entre Brasil e Argentina com os Estados Unidos naquele momento. Em relações

internacionais é sabida a importância geopolítica do tamanho de um país, tanto física quanto economicamente. Se em termos de PIB total ainda assim o Brasil era menor do que a Argentina (47% do PIB total em 1900), os esforços do Barão do Rio Branco em tentar aumentar a supremacia brasileira foram evidentes (lembrando também da importância de Joaquim Nabuco nessa aproximação anos antes). Em visita ao Brasil em 1906, o Secretário de Estado americano, Elihu Root, segundo o *The Washington Post*, tinha como objetivo delegar a Doutrina Monroe para o Brasil cuidar da América do Sul (Fausto e Devoto (2004)). De qualquer maneira, se o PIB per capita era similar entre Argentina e Estados Unidos, em termos de tamanho de PIB a Argentina era apenas 5% dos Estados Unidos em 1900. Potencialmente, a Argentina poderia ter alcançado no futuro muito mais capacidade de *soft power* como outros países menores em termos de PIB, como Suíça, Austrália e Canadá.

Por trás dessa aparente força maior do Brasil em relação a Argentina, mesmo com PIB menor, estava o fato de que os argentinos comercializavam mais com a Inglaterra enquanto o Brasil o fazia com os EUA. E como nos lembra Ricupero (2017:241), “transpirando a autoconfiança advinda da recém-conquistada prosperidade periférica ao Império Britânico, os argentinos eram então e por muitos anos assim permaneceriam, os únicos latinos com veleidades de aspirar a uma liderança rival da americana”. Essa rivalidade era “auxiliada” pela aliada Inglaterra, de onde vinha quase 50% de todo o investimento que ela fazia no exterior no final do século XIX (Ferrer (2006)).

Fosse a economia argentina hoje mais desenvolvida teria condições de ter mais *soft power*? As estimativas empíricas aqui parecem sinalizar que sim, mas ao mesmo tempo faltou ao Brasil e Argentina ao final os meios para conseguir manter o padrão de desenvolvimento que, ao menos no caso argentino, renunciava acontecer no início do século passado.

Conclusão

A economia e as instituições importam quando se quer discutir *soft* e *hard power*. Economias fracas, com instituições igualmente fracas, tendem a mostrar pouca capacidade de *soft power* e eventualmente ter mais espaço para ter *hard power*. Ao mesmo tempo, vale dizer novamente que essas parecem ser condições necessárias e não suficientes para que uma economia tenha mais ou menos de cada poder. É

interessante notar a Argentina como um exemplo de país que já teve condições econômicas melhores no passado, mas não as conseguiu sustentar, entre outras razões, por causa das fracas instituições do país. Ao mesmo tempo, tivesse conseguido manter sua projeção econômica de outrora poderia ter tido mais voz como tinha no início do século XX exemplificada aqui na discussão do bloqueio continental a Venezuela em 1902. Mas o ensaio aqui proposto é um início de discussão para os testes empíricos que virão na sequência.

3. Uma análise empírica entre desenvolvimento econômico e *soft power*

Introdução

Seria o desenvolvimento econômico de um país condição necessária para que ele tivesse *soft power*? Em outras palavras, um país que tenha alcançado elevado grau de bem-estar geral para sua população poderia também se tornar um exemplo de *soft power* para outros países? Esse capítulo terá o intuito de corroborar empiricamente essa afirmação.

Consideraremos aqui a definição de *soft power* de Joseph Nye (Nye (2004:X)), para quem *soft power* “is the ability to get what you want through attraction rather than coercion or payments”. A ideia então seria de que um país com força econômica suficiente teria condições de ser uma força de atração natural sem precisar usar qualquer tipo de força “pesada” como coerção ou pagamento.

Para isso, consideramos nesse estudo o PIB per capita como sinal de desenvolvimento econômico dos países, lembrando sempre que em muitos casos o PIB per capita não capta exatamente o grau de desenvolvimento de um país, bastando lembrar dos países ricos em reservas naturais e que não são necessariamente desenvolvidos, como diversos países do Oriente Médio.

Mas este estudo será empírico e geral para alguns países que não passam por essas questões, ou seja, tem mais diversificação de renda do que aquela originária apenas por um ou outro produto específico. Será usada uma compilação feita especificamente para se estimar o ranking de *soft power* para um conjunto de países e com essa base será feita a estimativa empírica para se identificar o impacto do grau de desenvolvimento econômico do país no seu *soft power*.

Por haver possibilidade de endogenia, ou seja, de que o *soft power* pudesse ter impacto na economia usaremos técnicas de variáveis instrumentais, com o objetivo de tentar isolar esse impacto e ter mais garantias de exogeneidade da economia em relação ao *soft power*.

Os resultados corroboram a ideia de que países mais desenvolvidos tenham mais *soft power*. Mais ainda, corrobora-se a ideia também de que países com volatilidade de PIB per capita, ou seja, com economias com oscilações em seu padrão de desenvolvimento também tem baixo *soft power*. Isso é interessante para corroborar a visão de que estabilidade de desenvolvimento também é relevante para que se consiga desenvolver o *soft power* ao longo do tempo.

Primeiras ideias e base de dados

A ideia explorada até agora é de que a economia e as instituições têm papel relevante como condição necessária para que o *soft power* possa florescer. Vale repetir que é uma condição necessária, mas não excludente de outros, ou seja, não se torna uma condição suficiente para que o *soft power* aumente em um país. Para testar se essa conjectura tem suporte empírico, vamos estimar nesse capítulo a relação explícita entre poder econômico de país, aqui consubstanciado no PIB per capita e o grau de *soft power* do país.

A ideia, assim, é que qualquer país que queira ter mínima capacidade real de influência pelo *soft power* precisa ter, antes de mais nada, capacidade econômica. Nye (2004:9) chega a considerar essa relação quando diz que “a country that suffers economic and military decline is likely to lose not only its hard power resources but also some of its ability to shape the international agenda and some of its attractiveness”. Mas logo em seguida, ele diminui qualquer capacidade de influência da economia ao dizer que “soft power does not depend on hard power”, lembrando que para Nye, economia é um recurso de *hard power* na sua maior parte.

Entretanto, faz mais sentido dizer que *soft power* tem menos relação com *military power* do que *hard power* (incluindo a capacidade de sanções econômicas aqui). No exemplo de Nye (2004:9) o Vaticano, de fato, nada tem de poder militar quando comparado com seu *soft power*, mas o mesmo não se pode dizer sobre seu poder econômico de arrecadação em cima dos fiéis. É notório que as igrejas, notadamente as mais fortes e tradicionais como a católica, a judia e a protestante comandam enorme poder econômico, bastando lembrar como a fé religiosa aumenta a capacidade de doação monetária em comparação com quem não a tem (Eger et al (2014)). Essa distinção é importante porque a discussão aqui tratada não é de impacto desse tipo de capacidade econômica no *soft power*. Quando Nye fala do

impacto da economia é quase sempre pela via de sanções, pagamentos ou ajuda externa e não da capacidade efetiva da economia ser uma condição necessária para o *soft power*.

Como dito, desenvolvimento econômico é condição necessária, mas não suficiente, para que um país tenha seu *soft power* aumentado. A China é um exemplo típico. Apesar de seu poder econômico até agora consolidado, ela ainda não tem sinais claros de *soft power* relevantes no mundo. Os diversos Institutos Confúcio espalhados em diversos países não geraram a mesma capacidade de influência que uma Aliança Francesa, um Instituto Goethe ou um *British Council*⁹. Emular seu sistema político para o mundo é mais difícil ainda. De fato, Zhao (2009:247) nos lembra que “China’s current approach to soft power lacks a contemporary moral appeal and therefore is hardly sustainable in the competition with the United States to inspire the vision of building a free and prosperous world”. Se isto era verdade em 2009, agora essa capacidade se torna ainda mais turva. Com a decisão de aprofundar o regime autoritário na figura de Xi Jinping, será difícil espalhar o modelo chinês ao redor do mundo (Kroeber (2016)), fazendo com que a China mantenha o poder parcial que Shambaugh (2013) sinalizou anos atrás.

Mas isto não quer dizer que ela não conseguirá ver seu *soft power* expandido. Para isso, ela precisará manter sua capacidade de desenvolvimento. Por mais que a China seja de fato muito rica hoje, ela ainda é um país pobre, com PIB per capita comparado com o americano menor que o brasileiro (gráfico 7). Processos de desenvolvimento econômico e institucional são longos, levam tempo para se tornar estáveis (Pierson (2004) e Nunn (2014)). Como faz apenas pouco menos de 40 anos que a China mudou seu projeto de crescimento, não seria possível comparar seu grau de *soft empowerment* com o americano ou inglês, por exemplo.

---

⁹ Os Chineses não apenas abraçaram as ideias de *soft power* mais que o Ocidente (Vivung (2009)), como mantém a percepção de que o centro do *soft power* é a cultura (Glaser etl al (2009)), até porque não parece haver espaço para pensar na opção de valores políticos como capacidade de atração de outros países (Shambaugh (2016)).

Gráfico 7. PIB per capita chinês e brasileiro em proporção do PIB per capita americano (%)

Fonte: Penn World Table (9.0).

Há que se tomar cuidado também com o uso não liberal do *soft power*. Walker (2016) mostra como em diversos momentos nos últimos anos o *soft power* tem sido desvirtuado por diversos países através do que ele chama de organizações não governamentais organizadas pelo governo (GONGOs). São instituições aparentemente usadas como instrumentos de *soft power*, mas com o objetivo de propaganda de regimes não-democráticos. Segundo Walker (2016, p. 57), “47 NGOs from Mainland China, Hong Kong, and Macau are authorized to participate in UNHRC meetings. Of these, at least 34 are GONGOs, either under the authority of Chinese government ministries or CCP bodies, or headed by a current or retired government or Party official.” De fato, segundo Diamond (2015:112), “and increasingly (Russia and China) are pushing back against democratic norms by also using instruments of soft power – international media (such as RT, Russia’s slick 24;7 global television “news” channel), China’s Confucius Institutes, lavish conferences, and exchange programs – to try to discredit Western democracies and democracy in general, while promoting theirs own models and norms.”

A Rússia é outro caso interessante de uso intensivo dessas organizações desvirtuando a ideia de *soft power*. Em livro específico tratando o *soft power* nesse país, Van Herpen (2016) relata como eles tratam o *soft power* como “hard power in a velvet glove”. Segundo Van Herpen (2016:44), “normally, in the Western sense,

most of the activities (GONGOSs) do not qualify as “soft power”. However, in the Russian context, soft power is considered to be a manipulative asset, which is an integral part of a zero-sum hard power game, a strategy in which the Kremlin not only buys influence but also uses other vectors for its soft power projections.” Isso vale não apenas para a Rússia, mas para outros países também, que têm impedido o aumento de ONGs com objetivos de aumento das ideias democráticas. Como diz Carrothers (2017:89), “in just the past few years, dozens of governments, in every region of the world, have been taking a medley of formal and informal measures to block, limit, or stigmatize international aid for democracy, and human rights, specially civil society support, political party work, and election monitoring.”

Essa discussão traz à tona as questões colocadas na relação entre instituições e desenvolvimento econômico. Países com uso mais intenso de GONGOS como Rússia e China são justamente aqueles com baixo grau institucional e, portanto, com capacidade de gerar desenvolvimento econômico menor no longo prazo (Acemoglu e Robinson (2012)). Nesta literatura, como já discutido, coloca-se em dúvida a capacidade da China e da Rússia se tornarem ricas pela baixa capacidade institucional de seus países.

Mas a intenção aqui não é a análise de casos específicos, mas uma tentativa de avaliação empírica geral se países mais ricos têm de fato *soft power* maior ou não.

A base de dados utilizada neste primeiro exercício será o PIB per capita de 2014, 2015 e 2016 de cada um dos países como proxy para força econômica. Utilizamos esses anos por serem os anos em que os dados de *soft power* também foram calculados. Para os dados de soft power serão utilizados os resultados de McClory (2015)¹⁰, que construiu um ranking de 30 países (tabela 2) com variáveis de *soft power* semelhantes às sinalizadas por Nye, incluindo algumas mais recentes, como a capacidade de impacto digital desses países via redes sociais, por exemplo.

---

¹⁰ Há outros rankings, notadamente o da revista Monocle. Entretanto, este é bem mais subjetivo do que o usado nesse estudo. Por exemplo, a Argentina entrou no último top 30, entre outros argumentos, por conta do novo papa e pelo Messi. Por mais que possa haver justificativa para isso torna o indicador extremamente vinculado a elementos muito pouco quantificáveis e, especialmente, comparáveis. Anteriormente, o autor dos dados aqui utilizados era responsável pelos cálculos da Monocle através do *Institute for Government*, do Reino Unido, mas a metodologia era diferente, por abarcar menos informação na construção do ranking.

Vale observar a evolução de alguns países na tabela 2. Brasil e China inverteram posições nos últimos três anos, com a China galgando postos no ranking enquanto o Brasil perdeu espaço, especialmente como consequência das turbulências políticas vividas pelo país durante o período recessivo.

Os primeiros colocados se alternam nos últimos anos, mas concentrados em países desenvolvidos tradicionais, com leve queda dos Estados Unidos após a vitória de Trump. De qualquer maneira, parece haver certa estabilidade nos países desenvolvidos, com poucas variações de um ano para outro, mas no caso dos países em desenvolvimento, há enorme volatilidade. Por exemplo, o México e a Argentina aparecem em um ano na lista e não mais nos outros. A Hungria, com o aprofundamento de um regime iliberal nos últimos anos com Viktor Orbán (Mounk (2018)), caiu algumas posições de 2016 para 2017.

Tabela 2. Indicador de Soft Power

	2015		2016		2017	
1	Reino Unido	75.6	Estados Unidos	78.0	França	75.8
2	Alemanha	73.9	Reino Unido	76.0	Reino Unido	75.7
3	Estados Unidos	73.7	Alemanha	72.6	Estados Unidos	75.0
4	França	73.6	Canadá	72.5	Alemanha	73.7
5	Canadá	71.7	França	72.1	Canada	72.9
6	Austrália	68.9	Austrália	69.3	Japão	71.7
7	Suíça	67.5	Japão	67.8	Suíça	70.5
8	Japão	66.9	Suíça	67.7	Austrália	70.2
9	Suécia	66.5	Suécia	67.0	Suécia	69.3
10	Holanda	65.2	Holanda	64.1	Holanda	67.9
11	Dinamarca	63.2	Itália	63.8	Dinamarca	65.5
12	Itália	63.1	Espanha	63.5	Noruega	65.2
13	Austria	62.0	Dinamarca	62.6	Itália	64.7
14	Espanha	61.7	Finlândia	62.1	Áustria	63.8
15	Finlândia	60.2	Noruega	61.6	Espanha	63.6
16	Nova Zelândia	60.0	Nova Zelândia	61.5	Bélgica	62.8
17	Bélgica	58.9	Áustria	61.0	Finlândia	62.4
18	Noruega	58.0	Bélgica	59.7	Nova Zelândia	62.0
19	Irlanda	55.6	Singapura	58.1	Irlanda	60.6
20	Coréia do Sul	54.3	Portugal	57.8	Singapura	58.6
21	Singapura	52.5	Irlanda	57.0	Coréia do Sul	58.4
22	Portugal	49.0	Coréia do Sul	51.4	Portugal	54.4
23	Brasil	46.6	Polônia	48.1	Grécia	52.2
24	Polônia	46.5	Brasil	47.7	Polônia	51.3
25	Grécia	45.7	Grécia	47.0	China	50.5
26	Israel	44.5	Hungria	47.0	Rússia	49.6
27	República Tcheca	43.3	Rússia	46.6	República checa	48.7
28	Turquia	42.6	China	45.6	Hungria	48.2
29	México	42.5	República Tcheca	44.6	Brasil	47.4
30	China	40.9	Argentina	44.2	Turquia	45.4

Fonte: The SoftPower 30. Elaboração própria.

A metodologia de McClory, além de ser a mais recente, nos pareceu também a mais acurada, inclusive aos olhos de Joseph Nye, que prefacia o projeto. Diferentemente de outras bases como a da revista Monocle, esta base inclui componentes digitais e de diplomacia digital. A ideia é capturar a relação que existe entre estados e organizações através de mídias sociais, campanhas publicitárias, etc. Além disso, houve também pesquisas de opinião especificamente feitas para o projeto.

O cruzamento de dados objetivos e subjetivos chegou em um ranking em que 70% das categorias foram objetivas e 30% delas foram subjetivas. As objetivas incluíram

dados normalizados entre os países de impacto digital (internet e Facebook majoritariamente), cultura (turismo, música, filmes, etc), companhias (patentes, inovação, etc), engajamento (número de embaixadas, tratados assinados, missões culturais, etc), educação (número de *think tanks*, universidades, estudantes internacionais, etc) e governo (taxas de homicídio, desigualdade de renda, liberdade de imprensa, etc). Os dados subjetivos foram pesquisas feitas nos países sobre culinária, produtos tecnológicos, bens de luxo, razão da visita ao país e se são bem tratados ou não, entre outras questões.

São construídos 6 subíndices que são utilizados na construção final do indicador, considerando dados coletados sobre empresas, cultura, presença digital, governo, engajamento e educação (figura 6).

Figura 6. Subíndices do indicador de Soft Power

Fonte: McClory (2017).

Note-se que nenhuma variável econômica *stricto sensu* foi utilizada para a construção do indicador, o que diminui, mas não elimina, o risco de endogenia entre PIB per capita e *soft power*. Entretanto, algumas variáveis são claramente econômicas, como, por exemplo, o tamanho da economia informal e o investimento estrangeiro direto o que exigirá que sejam feitas correções específicas para diminuir o efeito da endogenia.

Adicionalmente ao dado de PIB per capita, usaremos como variável exógena a volatilidade do crescimento econômico calculado como o desvio padrão da taxa de

crescimento de cada país entre 1980 e 2015. A hipótese a ser testada é de que mais volatilidade gera menos *soft power*. Aqui a ideia é capturar um efeito indireto do crescimento, pois diversos estudos mostram que volatilidade elevada gera crescimento baixo (Aghion et al (2005) e Ramey et al (1995)), consequentemente menor PIB per capita e, por isso, menos *soft power* em nossa concepção. Em outras palavras, países muito instáveis economicamente não conseguiriam elevar de forma sustentável seu *soft power*.

Além disso, pode se discutir uma possível endogenia entre *soft power* e PIB per capita, ou seja, é possível considerar que países com mais *soft power* gerem mais crescimento econômico. Em que pese se pensar que em alguns casos dos itens do índice isso pode de fato ajudar em parte a economia, no geral não parece ser razoável que a relação causal seja dessa forma, como ocorre no estudo de Rose (2019), em que ele não acha relação robusta positiva de causalidade entre *soft power* e comércio bilateral. Ou seja, é difícil imaginar que um país consiga ter um nível elevado de *soft power* antes de conseguir ter minimamente uma capacidade econômica bem estabelecida. O Brasil tem *soft power*, mas tem capacidade institucional (e, consequentemente, econômica) de avançar mais em seu *soft power* ao longo dos anos?

Resultados empíricos

Para testar essa possibilidade vamos considerar a estimação com variáveis instrumentais através do método de mínimos quadrados de dois estágios (TSLS) (Wooldridge (2010)). A ideia de usar instrumentos é identificar variáveis que sejam relacionadas com a variável exógena em questão, o PIB per capita, mas que pouco ou nada tenham a ver com o *soft power*. A ideia em uma regressão em que as variáveis X sejam exógenas à variável endógena Y significa dizer que na seguinte regressão:

$$Y_t = \alpha + \beta X_t + e_t \quad (1)$$

A covariância entre a variável supostamente exógena e o erro seria diferente de zero, ou seja, $Cov(X, e) \neq 0$. Isso quer dizer que há alguma variável omitida que esteja correlacionada diretamente com a variável exógena e que está sendo captada pelo erro. O ideal seria achar uma variável Z que não fosse correlacionada com o erro, ou

seja, $Cov(Z, e) = 0$, mas correlacionada com a variável supostamente exógena X , ou seja, $Cov(Z, X) \neq 0$. Nesse caso, dizemos que Z é uma variável instrumental de X ou então apenas um instrumento de X . Quando se consegue identificar um instrumento que seja estatisticamente correto passamos a ter consistência dos coeficientes estimados. Além da estimação por variáveis instrumentais precisamos também identificar se as variáveis instrumentais escolhidas de fato tornam a variável supostamente endógena em exógena e se cada instrumento também é válido ou não para ser usado. Para isso, serão feitos dois testes específicos. Para o primeiro caso, o teste de endogeneidade de Durbin-Wu-Hausman (Wooldridge (2010)) é utilizado. No segundo caso, o teste de Eichenbaum-Hansen-Singleton (EHS) (Eichenbaum et al (1988)) identifica a validade do instrumento ou não.

Identificamos duas variáveis que são usuais em restringir crescimento econômico de longo prazo: a dívida bruta do governo em % do PIB e poupança em % do PIB. Nos dois casos, a ideia é que países com elevado endividamento público tenham prêmio de risco mais elevado, menos investimento e produtividade, gerando menor crescimento¹¹.

As variáveis instrumentais aqui utilizadas são aquelas que afetam a variável exógena identificada, no caso o PIB per capita, mas não a endógena, o *soft power* no caso. De fato, faz mais sentido esperar que as variáveis instrumentais aqui utilizadas tenham mais impacto no PIB per capita do que no *soft power*. Acemoglu et al. (2008) considera além da poupança, o total de comércio sobre o PIB como variável instrumental para o PIB per capital. Entretanto, no nosso caso essa variável foi deixada de fora por conta do resultado de Rose (2015) que indica certa causalidade entre *soft power* e comércio internacional, o que iria contra a ideia do uso da variável instrumental neste caso. Entretanto, vale notar que, em estudo posterior, utilizando técnicas de variáveis instrumentais, Rose (2019) não encontra mais esse resultado.

Não foram utilizados dados em painel pois as variáveis construídas foram as médias de 1980 até o ano escolhido (2015 a 2017). Não foram dados específicos de cada ano

---

¹¹ Há uma recente discussão se, de fato, níveis elevados de endividamento podem gerar crescimento mais baixo. As discussões teóricas são favoráveis a esse entendimento, mas os resultados empíricos ainda são dúbios. Na tese essa discussão será estendida em uma nota de rodapé. Por hora, quem tiver interesse, os pontos levantados em Reinhart et al (2016) já são suficientes.

das variáveis, dado justamente a pouca quantidade de anos, o que faz com que não houvesse muita variação nos dados se fosse utilizado painel. Ou seja, poderíamos ter feito a regressão para um ano apenas, tendo sido feito para mais anos como teste de robustez.

Os gráficos 8 e 9 mostram a relação entre PIB per capita e o indicador de *soft power* e a volatilidade do PIB em relação ao indicador e em ambos os casos parece haver certa correlação positiva em um caso e negativa no outro, respectivamente.

Gráfico 8. Índice de Soft Power e PIB per capita (dados logaritmizados)

Fonte: The SoftPower 30, FMI. Elaboração própria. Dados em logaritmo.

Gráfico 9. Índice de Soft Power e volatilidade do PIB per capita (dados logaritmizados)

Fonte: The SoftPower 30, FMI. Elaboração própria. Dados em logaritmo.

Há também uma discussão possível sobre a variável de instituições políticas do *soft power* afetar o PIB per capita. Alguns estudos mostram que democracia e instituições em geral, por exemplo, causam crescimento (Acemoglu et al (2015),(2014)), mas isso não se torna tanto um problema, pois a variável política é uma dentre inúmeras outras que não teriam relação reversa com o PIB per capita. A ideia é que países que conseguiram gerar crescimento e PIB per capita crescente é que conseguiriam gerar capacidade de *soft power* na sequência. Pensar o contrário é que seria mais difícil, ou seja, um país que tenha um *soft power* relevante e duradouro antes de conseguir se tornar economicamente relevante. Vejam que não estamos dizendo que esses países não tenham algum grau de *soft power*, quase todos no final tem, mesmo que mínimo, mas queremos dizer que condições domésticas básicas dentro dessas economias, se houvessem, poderiam levar esses países a aumentar em muito seu *soft power* ao longo do tempo. De qualquer maneira, como de praxe, há sempre que se tomar cuidado nas discussões de endogenia pela dificuldade em se identificar instrumentos realmente válidos e significantes.

Todos os dados aqui apresentados estão logaritimizados para que o coeficiente represente uma elasticidade. A regressão básica será dada por:

$$Y_t = \alpha + \beta X_t + \gamma V_t + e_t \quad (2)$$

Onde Y_t representa o indicador de soft power, α , β e γ são constantes, X_t o PIB per capita e V_t o indicador de volatilidade do crescimento.

Os resultados são apresentados na tabela 2. As equações (1), (4) e (7) consideram a regressão por OLS com apenas o PIB per capita e uma constante. Nas equações (2), (5) e (8) considera-se a entrada da volatilidade de crescimento na estimativa. E as equações seguintes, (3), (6) e (9) são as estimativas por variáveis instrumentais, considerando o PIB per capita e a volatilidade de crescimento como variáveis.

Como se vê, há uma relação positiva e significativa entre o PIB per capital e o indicador de *soft power* que varia de 0,15 a 0,32, dependendo do ano (tabela 3). Abaixo da tabela apresentam-se os resultados do teste de Durbin-Wu-Hausman. De forma interessante identifica-se que o PIB per capita já seria exógeno sem ser necessário usar os instrumentos para correção. Como se utilizaram os instrumentos clássicos no caso do PIB per capital, interessante notar que, de fato, o PIB per capital parece ser mesmo exógeno ao *soft power*.

A volatilidade do crescimento é captada de forma negativa e significativa em todos os modelos, aumentando o R2 e melhorando os coeficientes de escolha de Hannan-Quinn e Schwartz de forma significativa quando incorporado nos três anos analisados. É interessante reforçar o significado dessa variável. Ela parece não apenas ter mais peso pelo coeficiente ser maior, mas aumenta sobremaneira o poder da regressão quando incorporado no resultado final. Assim, países que têm tido volatilidade elevada de crescimento teriam, em tese, diminuição ao longo do tempo de seu *soft power*.

Tabela 3. Resultados da regressão do índice de *soft power* com PIB per capita

	2015			2016			2017		
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)
	OLS	OLS	TSLs	OLS	OLS	TSLs	OLS	OLS	TSLs
PIB per capita	0.32*** (0.05)	0.22*** (0.04)	0.20** (0.09)	0.28*** (0.05)	0.22*** (0.04)	0.15** (0.07)	0.27*** (0.04)	0.19*** (0.02)	0.20** (0.04)
constante	0.65*** (0.56)	1.91*** (0.50)	2.15* (1.05)	1.05*** (0.05)	2.26*** (0.29)	2.68*** (0.77)	1.25*** (0.47)	2.29*** (0.29)	2.21*** (0.50)
volatilidade de crescimento (PIB)	-	-0.27*** (0.06)	-0.28*** (0.07)	-	-0.23*** (0.03)	-0.25*** (0.03)	-	-0.22*** (0.02)	-0.22*** (0.03)
Instrumentos			dívida bruta e poupança em % do PIB			dívida bruta e poupança em % do PIB			dívida bruta e poupança em % do PIB
n	30	30	30	30	30	30	30	30	30
J-stat (p-value)			1.93 (0.16)			0.65 (0.42)			0.16 (0.68)
R2	0.47	0.66	-	0.44	0.71	-	0.46	0.74	-

Fonte: PIB per capita a preços de 2014, 2015 e 2016 coletados no FMI; cálculos de volatilidade feitos pelo autor; dívida bruta e conta corrente em % do PIB coletados no FMI. As primeiras duas regressões de cada ano foram feitas por mínimos quadrados (OLS) e a última por TSLs (Mínimos Quadrados de Dois Estágios). Erros padrão robustos (White) reportados em parênteses. Equação (3): teste de endogeneidade de Durbin-Wu-Hausman = 0.64 (0.82), teste de C-ortogonalidade = 1.93 (0.16); Equação (6): teste de endogeneidade de Durbin-Wu-Hausman = 0.17 (0.67), teste de C-ortogonalidade = 0.65 (0.42); Equação (9): teste de endogeneidade de Durbin-Wu-Hausman = 0.00 (0.92), teste de C-ortogonalidade = 0.16 (0.68) * significante a 10% ** significante a 5% *** significante a 1%. Todas as variáveis estão em logaritmo. Elaboração própria.

Vale fazer um exercício hipotético do que teria crescido no indicador de *soft power* considerando o crescimento das economias entre 2000 e 2016 (gráfico 10). Obviamente o primeiro colocado é a China, o que a justifica estar na lista, apesar dos principais itens considerados por Nye, especialmente os valores políticos, serem tão mal vistos.

Vale dizer como a economia ajudou diversos emergentes nos últimos anos a galgar postos potenciais no ranking, como é o caso da Polônia. De qualquer maneira, continua sendo verdade que a maior evolução, tirando a China, continua sendo nos países desenvolvidos, que teriam ampliado hipoteticamente seu *soft power* com a evolução de suas economias. O Brasil obteve ganhos modestos pela piora na economia nos últimos anos e alguns países que têm passado por severas crises por períodos mais longos, como Grécia e Itália, têm perdido espaço no *soft power* mundial¹².

¹² Há também ainda uma dificuldade da opinião pública em aceitar as políticas de *soft power* como relevantes. Por exemplo, Caplan (2007) fez um amplo estudo para identificar a visão da sociedade americana sobre diversos assuntos econômicos. No caso de ajuda externa a países mais pobres a visão majoritária é que essas políticas causam a maior parte do déficit público americano, quando isto está bem longe de ser verdade. Por exemplo, para o público americano o gasto com ajuda externa é o maior dentre todo o gasto público para 41% das pessoas, o nível mais alto entre todas as avaliações sobre outros tipos de gasto, enquanto o gasto com previdência social é o maior apenas para 14% da população. E os números reais são justamente o contrário, com 1,2% do gasto público total indo para a ajuda externa e 21,6% indo para o gasto com previdência.

Gráfico 10. Aumento hipotético no ranking de soft power entre 2005 e 2015

Conclusão

A ideia deste artigo foi corroborar a visão de que economias mais fortes, desenvolvidas, teriam mais soft power. É sempre verdade que pode haver divergências por conta de critérios de escolha sobre os indicadores de soft power. Eles são naturalmente subjetivos, como o próprio conceito o é. Entretanto, a conjectura que parece ter um elevado grau de bom senso por trás, ou seja, que para ter um soft power mais elevado é necessário que a economia também seja minimamente desenvolvida parece ser de fato corroborada pelas evidências empíricas.

Além disso, foi testada a possibilidade de que uma economia muito volátil poderia levar a menos soft power, o que foi igualmente corroborado, trazendo a ideia de que a estabilidade de desenvolvimento econômico também é importante para que tal tipo de poder possa florescer.

4. Uma avaliação empírica do impacto das instituições no *hard power*

Introdução

Teriam países com instituições mais fortes mais ou menos *hard power*? A ideia por trás deste artigo é investigar essa relação. Nações que possuam estrutura institucional mais robusta teriam, em tese, demandas sociais outras que gastos militares (colocando aqui de forma similar o *hard power* e o gasto militar). Países ditatoriais, por preservação própria e/ou defesa de seus países contra invasões, tenderiam a ter maiores gastos militares. Com o avanço democrático dos países, os receios de invasões diminuiriam, na conjectura que usualmente democracias não se atacam e, em tese, poderia estar sob proteção de outras democracias caso fossem atacadas (como, por exemplo, por proteção da OTAN). Ao mesmo tempo, as demandas da sociedade em geral são por mais gastos públicos em bens que gerem retorno para a própria população.

Em que pese a defesa militar ser um bem que intangivelmente tem esse caráter, claramente as demandas passam por maiores gastos com educação e saúde. Mais ainda, a estrutura de gasto público no mundo nas últimas décadas foi pressionada enormemente pela demografia (aumento da idade da população, levando ao aumento do gasto com previdência social) e pelas crises que levaram à forte elevação da dívida pública. Essa elevação da dívida teve o papel de ser um elemento natural que forçou a escolha da população sobre quais as alocações necessárias para o gasto público. Sociedades “irritadas” com seus dirigentes não vão pedir mais gastos militares, mas mais gastos sociais. Não à toa, por exemplo, o preço do petróleo para a Arábia Saudita tem se tornado não apenas um problema econômico, mas um problema social em que se fala de um “preço social do petróleo” (Dale e Fattouh (2017), o qual manteria o déficit público mais baixo pela arrecadação de receitas para poder manter a sociedade sob controle, evitando uma nova primavera árabe.

Assim, parece válido investigar a conjectura de que países institucionalmente mais sólidos teriam mais disputa por gastos públicos em que os militares teriam menos espaço do que os gastos ditos sociais. Essa conjectura é corroborada no presente artigo com uma relação negativa e robusta entre países com instituições mais

sólidas e seus gastos militares. Interessante notar que além do impacto esperado de democracias mais sólidas terem menos gastos militares, há a percepção de que países com mais *voice and accountability*, ou seja, maior participação da sociedade em organizações sociais e imprensa livre, também levam a menos gastos militares. A possibilidade de expressar duas demandas livremente pode permitir que os gastos de maior interesse da população acabem crescendo em detrimento daqueles menos claros, como os gastos militares.

Em análise de robustez por técnicas de cointegração por séries de tempo, também se corrobora a ideia de que países com nível mais elevado de democracia tenderiam a ter menos gastos militares ao longo do tempo.

Breve avaliação teórica

Como dito anteriormente, o presente capítulo tentará corroborar a hipótese de relação negativa entre instituições e *hard power*, entendido aqui como capacidade militar e não econômica. A ideia é que países que tenham instituições bem estabelecidas dependam menos do uso da força e mais da capacidade de persuasão via instrumentos de *soft power*. A relação entre instituições e *soft power* se dá pela relação indireta via poder econômico. Melhores instituições geram maior PIB per capita que, por sua vez, como colocado no item anterior, pode gerar mais *soft power*. Não se quer, nesse momento, aludir a nenhuma relação causal explícita entre *hard* e *soft power*, mas fundamentar tanto um quanto outro. Essa relação entre os dois, entretanto, será melhor explorado no próximo item.

Teoricamente, países com melhores instituições democráticas em geral significa países com maiores demandas de bens e serviços do setor público na forma de educação e saúde, por exemplo (Avelino et al (2005)). Países democraticamente mais fortes terão suas populações elegendo demandas para aumentar seu bem-estar, o que não incluiria demanda por mais gasto militar. Por exemplo, os EUA inverteram as demandas por mais gasto militar em relação a mais gasto público social nas últimas décadas (gráfico 15).

Há a ideia de que intervenções militares sejam um bem público que justifiquem o aumento da capacidade fiscal do Estado (Besley e Persson (2011)). Entretanto, esses mesmos autores identificam essa relação teoricamente, mas seus resultados

empíricos não corroboram essa relação (Besley e Persson (2011, p. 98)). A desigualdade de renda, por exemplo, é um elemento muito mais relevante que justifica o aumento da capacidade fiscal do Estado do que a prevalência de guerras em que os países possam ter alguma interferência.

Gráfico 15. Gasto militar e sociais em proporção do gasto público total - EUA

De fato, como considerado na introdução desta tese, há a ideia de que alguns bens públicos seriam mais relevantes para a sociedade. Os gastos militares, mesmo em países como os EUA em que a política externa é mais presente para a sociedade, parecem sofrer menos atenção e desejo de expansão por parte da população do que gastos sociais mais relevantes, especialmente dos mais velhos, cujas demandas se expandiram naturalmente pelo seu próprio crescimento demográfico (Deaton (2013)). O aumento da desigualdade de renda das últimas décadas nos países desenvolvidos colocou de forma visceral a percepção de que a sociedade perdeu espaço nas políticas públicas (Piketty (2017) e Milanovic (2016)). A queda da desigualdade de renda, por exemplo, poderá ocorrer via investimento em educação. Como nos lembra Milanovic (2016:222), “the only remaining sensible way to equalize educational endowments is to make access to the best schools more or less equal regardless of parental income and, more importantly, to equalize the quality of education across schools. The latter can only be done by the state investment and financial support.”

A não provisão de bens públicos de interesse da sociedade também tem o efeito de longo prazo de deteriorar as próprias condições políticas do país. Como nos lembra Fukuyama (2015:14), “the development of modern states has not kept pace with the development of democratic institutions, leading to unbalanced situations in which new (and sometimes even well-established) democracies have not been able to keep up with their citizen’s demand for high-quality government services. This has led, in turn, to the delegitimation of democracy as such.”

Base de dados e resultados empíricos

Para se buscar a relação empírica entre essas duas variáveis optou-se inicialmente por análise simples de regressão, via OLS e TSLS. Novamente, todos os dados serão logaritimizados.

Para essas primeiras estimativas utilizou-se o conceito de gasto militar em porcentagem do PIB na média de 1996 a 2014 coletado no Stockholm International Peace Research Institute (Sipri (2018))). A razão de se pegar a média nesse período é pelos dados de Governança do Banco Mundial começarem nessa dada. Os dados de governança medem a corrupção, eficiência do governo, qualidade regulatória, *rule of law*, estabilidade política e ausência de violência e *voice and accountability* em cada país.

Os dados são ranqueados entre 0 a 100 e tomados a média entre 96 e 2014. Governança, segundo o site do World Bank (2018), “consists of the traditions and institutions by which authority in a country is exercised. This includes the process by which governments are selected, monitored and replaced; the capacity of the government to effectively formulate and implement sound policies; and the respect of citizens and the state for the institutions that govern economic and social interactions among them.”

Ainda segundo o World Bank (2018), “these aggregate indicators combine the views of a large number of enterprises, citizen and expert survey respondents in industrial and developing countries. They are based on over 30 individual data sources produced by a variety of survey institutes, think tanks, non-governmental organizations, international organizations, and private sector firms.” Segundo o banco, cada uma das variáveis é definida da seguinte forma (World Bank (2018)):

- “Voice and accountability captures perceptions of the extent to which a country's citizens are able to participate in selecting their government, as well as freedom of expression, freedom of association, and a free media.
- Political Stability and Absence of Violence/Terrorism measures perceptions of the likelihood of political instability and/or politically motivated violence, including terrorism.
- Government effectiveness captures perceptions of the quality of public services, the quality of the civil service and the degree of its independence from political pressures, the quality of policy formulation and implementation, and the credibility of the government's commitment to such policies.
- Regulatory quality captures perceptions of the ability of the government to formulate and implement sound policies and regulations that permit and promote private sector development.
- Rule of law captures perceptions of the extent to which agents have confidence in and abide by the rules of society, and in particular the quality of contract enforcement, property rights, the police, and the courts, as well as the likelihood of crime and violence.
- Control of corruption captures perceptions of the extent to which public power is exercised for private gain, including both petty and grand forms of corruption, as well as "capture" of the state by elites and private interests.”

Como se vê, são diversas categorias, umas mais outras menos relacionadas à qualidade institucional de um país. *Rule of Law* e *Voice and Accountability* seriam as variáveis que capturariam melhor a qualidade institucional de um país, enquanto as outras quatro captariam a capacidade do estado (*state capacity*) em fornecer bens públicos à população e manter o estado em funcionamento. Ou seja, não são variáveis que captam o estado democrático de um país. Como lembra Fukuyama (2013) em sua crítica às diversas medidas de governança que existem, a Coreia do Norte pode ter uma boa *state capacity* em algumas áreas, mas isso não a colocaria como tendo boa governança. Entretanto, ao englobar as outras duas variáveis institucionais, evita-se de considerar esse país como tendo boa governança. A crítica de Fukuyama é mais geral sobre se esses indicadores estão tendo a leitura correta

de seus números ou não. Como diz (Fukuyama (2013: 351), “an authoritarian regime can be well governed, just as a democracy can be maladministered.”

Para evitar essas dificuldades com os quatro indicadores de *state capacity*, as regressões serão feitas para cada uma das seis variáveis

Alternativamente, usou-se o dado de regime político calculado pelo Center of Systemic Peace (Polity IV (2018)), em que se calcula o regime político do país em uma escala entre -10 (autocracia perfeita) e 10 (democracia perfeita).

Foram utilizados também os dados de democracia de Cheibub et al (2010), chamado aqui de DD. Na classificação desses autores, não há espaço para as nuances subjetivas que aparecem nos dados do Polity IV. Como eles dizem (2010:71), “the Democracy and Dictatorship (DD) measure of political regime is minimalist. The coding is clear and stark, so that precise information is conveyed by the coding of each observation, and the codes involve no subjectivity, so it is easily reproducible.” Como dito, a conceituação é direta pois “underlying DD is the notion that democracy is a regime in which those who govern are selected through contested elections and, once identified, the occurrence of contested elections is necessary and sufficient to characterize a regime as democratic.” (Cheibub et al (2010:72).

Os autores chegam a fazer comparações de seus dados com os da Freedom House e do Polity IV e identificam que seus dados apontam resultados diferentes em estudos empíricos. Por exemplo, no estudo conhecido de Rodrik e Wacziarg (2005) os autores identificam que novas democracias têm altas taxas de crescimento em contraposição a regimes democráticos já estabelecidos. Relevante aqui saber, assim, quando se deu a transição democrática para se captar o efeito no crescimento. Ao usar os dados do Polity IV, Rodrik e Wacziarg (2005) acham resultados positivos nas novas democracias, mas quando estas são redefinidas pelos dados de Cheibub et al (2010) descobre-se que esse impacto não existe mais.

O apêndice D do livro de Dahl (1998) faz uma comparação entre os indicadores aqui usados e não vê diferenças significativas quando se consideram os países centrais, mas muita divergência quando se consideram os países mais difíceis de classificação. De fato, segundo Dahl (1998:228), “it is the uncontroversial cases that drive the high correlation among different measures of democracy: no measure is

likely to produce very different readings for, say, England, the United States, Sweden, North Korea or Iraq. The problem arises with “difficult” cases, such as Mexico, Botswana, Malaysia, Peru, Guatemala, and scores of other countries that do not easily fit into the categories that make up existing measures.”

Para evitar divergências de preferência por uma base ou outra de dados usaremos aqui, além dos dados do Polity IV, a base de Cheibub et al. (2010) de 1962 até 2008, último ano disponível.

Como variáveis de controle optou-se pelos seguintes dados da base estatística do FMI: gasto público em % do PIB, população em milhões de pessoas, poupança em % do PIB e dívida bruta do governo também em % do PIB e *dummies* específicas para outliers muito evidentes nos gráficos de resíduos da regressão. Não se colocou nenhum dado de PIB explicitamente, pois já está indiretamente nos denominadores das variáveis de controle e na própria variável dependente. Além disso, poderia haver discussão sobre uma possível endogenia entre gasto militar e instituições em que se poderia supor que países com forte poder militar poderiam engendrar, de alguma forma, mudanças institucionais, mesmo que temporariamente. Não parece razoável pensar nessa relação causal (Hutington (1968)), o que significa dizer que a regressão por OLS bastaria para a estimativa. Para evitar qualquer possibilidade nesse sentido é importante identificar instrumentos que possam ser usados para tentar diminuir a correlação entre a variável independente e o erro e isso se faz identificando variáveis instrumentais que sejam correlacionadas com as variáveis explicativas, mas não com a variável independente, nos moldes do capítulo anterior.

Utilizamos quatro variáveis normalmente identificadas como instrumentos para as instituições, usadas no trabalho de Acemoglu et al (2001). Primeiro, o sistema legal de origem de cada país. A ideia é que o sistema legal francês proteja menos os investidores do que o sistema anglo-saxão (La Porta et al (1998)). Isso por si só não identifica se um país terá mais ou menos crescimento, mas identifica ser a governança dele é relativamente melhor do que outro. Neste trabalho o sistema jurídico francês será identificado como uma *dummy* na classificação dada em Gleaser et al (2004), com 1 sendo o sistema francês e 0 o sistema inglês. Outro dado explorado por Acemoglu et al. (2005) é o de densidade populacional em 1500, época das grandes descobertas. A ideia aqui é que locais densamente povoados naquela

época incentivavam a exploração pela mão-de-obra barata (América espanhola), enquanto lugares com pouca povoação demandavam maior ocupação dos descobridores (EUA e Canadá). Por fim, o indicador de mortalidade dos descobridores sinalizaria que locais com elevada mortalidade seriam portadores de doenças ainda não curáveis na época (como malária), afastando o colonizador do local. Por fim, usa-se o dado de participação da população em zonas temperadas. Considera-se que países em zonas tropicais tiveram mais dificuldade em se desenvolver (Sachs (2001), Easterly e Levine (2003) e Sokoloff e Engerman (2001)). A ideia é que “environments where crops are most effectively produced using large plantations will quickly develop political and legal institutions that protect the few landlords from the many peasants and may even have future slavery” (Easterly e Levine (2003)). Essas variáveis afetariam a trajetória institucional dos diversos países ao identificar onde os colonizadores atuariam mais intensamente como colônia de exploração ou de povoamento, mas não haveria razão para crer que uma ou outra explique o PIB per capita de hoje. Neste trabalho serão novamente usados o OLS e o TSLS (Two Stage Least Squares) para estimar as regressões por variáveis instrumentais.

Na tabela 4 calculamos a correlação entre as variáveis independentes usadas (governança do Banco Mundial, Polity IV e DD) que mostra forte correlação entre elas. Por isso, serão usadas individualmente nas regressões.

Tabela 4. Correlação, estatística-t e probabilidade de variáveis independentes institucionais

	Corrupção	Corrupção	Eficiência do governo	Política	Polity (regime de governo)	Qualidade regulatória	Rule of Law	Voice
Corrupção	1							
Estatística-t	-----							
Probabilidade	-----							
Corrupção	0.458796	1						
Estatística-t	6.131285	-----						
Probabilidade	0	-----						
Eficiência do governo	0.953343	0.514974	1					
Estatística-t	37.49822	7.133609	-----					
Probabilidade	0	0	-----					
Política	0.824413	0.372355	0.781143	1				
Estatística-t	17.29601	4.764047	14.85627	-----				
Probabilidade	0	0	0	-----				
Polity (regime de governo)	0.517549	0.833794	0.567642	0.394762	1			
Estatística-t	7.182285	17.93372	8.187264	5.101893	-----			
Probabilidade	0	0	0	0	-----			
Qualidade regulatória	0.926157	0.575287	0.958249	0.776676	0.628792	1		
Estatística-t	29.16048	8.351531	39.79424	14.64124	9.602305	-----		
Probabilidade	0	0	0	0	0	-----		
Rule of Law	0.968542	0.490765	0.962177	0.832186	0.527481	0.939545	1	
Estatística-t	46.21582	6.688349	41.93878	17.82096	7.372575	32.58062	-----	
Probabilidade	0	0	0	0	0	0	-----	
Voice	0.836109	0.750871	0.857954	0.737363	0.845655	0.881738	0.851274	1
Estatística-t	18.09866	13.50006	19.83084	12.96189	18.81402	22.19457	19.26413	-----
Probabilidade	0	0	0	0	0	0	0	-----

Elaborado pelo autor.

Os primeiros resultados em OLS da tabela 5 mostram os efeitos negativos e significativos esperados das variáveis institucionais no gasto militar. Por exemplo, um aumento de 1% no indicador DD leva à queda de 0,81% do gasto militar. Esta regressão teve a melhor aderência com R2 de 0,44%, o que é relevante dado ser a variável de democracia aparentemente mais robusta do que os dados do Polity IV como já discutido anteriormente. Os dados do Polity IV mostram um efeito negativo de 0,98% e os dados do Banco Mundial apresentam números entre -0,14 e -0,30, sendo que o indicador médio, calculado pela média dos indicadores de governança, apresenta -0,29 de impacto.

Tabela 5. Resultados da regressão de variáveis institucionais com gasto militar por Mínimos Quadrados Ordinários (OLS)

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)
	OLS	OLS	OLS	OLS	OLS	OLS	OLS	OLS	OLS
Democracia (CGV)	-0.81*** (0.15)								
Polity (regime de governo)		-0.98*** (0.20)							
Indicadores de Governança (BM)			-0.29*** (0.08)						
Corrupção				-0.15** (0.06)					
Eficiência do governo					-0.20*** (0.07)				
Política						-0.30*** (0.07)			
Qualidade regulatória							-0.20*** (0.07)		
Rule of Law								-0.14** (0.06)	
Voice									-0.29*** (0.08)
constante	-0.02 (0.45)	2.51*** (0.79)	0.42 (0.56)	0.19 (0.55)	0.16 (0.55)	0.34 (0.54)	0.40 (0.55)	0.13 (0.56)	0.50 (0.52)
Gasto público (% do PIB)	0.23* (0.14)	0.39* (0.14)	0.24 (0.16)	0.19 (0.15)	0.22 (0.16)	0.27* (0.16)	0.21 (0.16)	0.19 (0.15)	0.29* (0.16)
População (milhões)	0.05* (0.03)	0.05 (0.03)	0.02 (0.03)	0.03 (0.03)	0.04 (0.03)	-0.01 (0.03)	0.03 (0.03)	0.03 (0.03)	0.03 (0.03)
Poupança (% do PIB)	-0.01 (0.11)	-0.09 (0.12)	0.09 (0.12)	0.04 (0.12)	0.09 (0.12)	0.11 (0.12)	0.03 (0.12)	0.06 (0.12)	0.01 (0.11)
% de pessoas vivendo em zona temperada	0.13 (0.13)	0.04 (0.15)	0.15 (0.16)	0.06 (0.16)	0.09 (0.16)	0.13 (0.15)	0.09 (0.16)	0.06 (0.16)	0.13 (0.15)
Dummy Islândia	-2.17*** (0.1)		-2.22*** (0.13)	-2.26*** (0.13)	-2.21*** (0.14)	-2.32*** (0.12)	-2.28*** (0.13)	-2.26*** (0.13)	-2.23*** (0.12)
Dummy Israel	1.54*** (0.05)	1.52*** (0.06)	1.43*** (0.05)	1.44*** (0.06)	1.47*** (0.06)	0.93*** (0.12)	1.46*** (0.06)	1.44*** (0.06)	1.44*** (0.05)
Dummy Mexico	-1.23*** (0.08)	-1.09*** (0.09)	-1.10*** (0.08)	-1.18*** (0.09)	-1.13*** (0.09)	-1.14*** (0.08)	-1.11*** (0.10)	-1.22*** (0.09)	-1.06*** (0.09)
Dummy Moldova	-1.08*** (0.07)	-1.2*** (0.08)	-1.36*** (0.08)	-1.35*** (0.08)	-1.37*** (0.08)	-1.36*** (0.08)	-1.31*** (0.08)	-1.30*** (0.08)	-1.33*** (0.07)
Dummy Oman	1.67*** (0.10)	1.3*** (0.15)	1.67*** (0.13)	2.02*** (0.14)	2.03*** (0.13)	2.08*** (0.13)	2.03*** (0.13)	2.01*** (0.13)	1.82*** (0.12)
Dummy Arabia Saudita	1.39*** (0.09)		1.70*** (0.11)	1.71*** (0.12)	1.69*** (0.11)	1.70*** (0.10)	1.73*** (0.11)	1.72*** (0.11)	1.15*** (0.17)
Dummy Emirados Árabes Unidos	0.96*** (0.09)	0.68*** (0.14)	1.37*** (0.14)	1.31*** (0.15)	1.34*** (0.14)	1.41*** (0.13)	1.33*** (0.14)	1.27*** (0.14)	1.15*** (0.11)
n	141	136	141	141	141	141	141	141	141
R2	0.44	0.33	0.35	0.31	0.33	0.38	0.33	0.31	0.4

Fonte: PIB per capita a preços de 2014 coletado no FMI; cálculos de volatilidade feitos pelo autor; dívida bruta e conta corrente coletados no FMI. Todas as regressões feitas por mínimos quadrados (OLS). Erros padrão robustos (White) reportados em parênteses. * significante a 10% ** significante a 5% *** significante a 1%. Todas as variáveis estão em logaritmo. Elaboração própria.

Já os resultados com variáveis instrumentais por TSLS mostram resultados igualmente negativos para os dados do Polity IV e DD e para a média de governança (tabela 6). Nos dados separados ele é negativo e significativo para política, qualidade regulatória e *voice*.

Tabela 6. Resultados da regressão de variáveis institucionais com gasto militar por Mínimos Quadrados de Dois Estágios (TSLS)

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)
	TSLS	TSLS	TSLS	TSLS	TSLS	TSLS	TSLS	TSLS	TSLS
Democracia (CGV)	-1.63*** (0.61)								
Polity (regime de governo)		-1.18** (0.54)							
Indicadores de Governança (BM)			-1.21** (0.59)						
Corrupção				-0.54 (0.88)					
Eficiência do governo					-0.19 (0.33)				
Política						-1.27** (0.54)			
Qualidade regulatória							-1.54** (0.73)		
Rule of Law								-0.21 (0.36)	
Voice									-0.86*** (0.24)
constante	-0.56 (0.62)	2.97 (1.55)	0.66 (1.23)	0.42 (1.03)	-0.00 (0.72)	0.61 (1.37)	1.66 (1.62)	0.03 (0.72)	0.72 (0.76)
Gasto público (% do PIB)	0.50* (0.25)	0.47* (0.26)	1.21 (0.66)	0.64 (0.83)	0.31 (0.42)	1.52** (0.69)	1.27* (0.72)	0.34 (0.44)	0.87*** (0.29)
População (milhões)	0.09* (0.05)	0.09* (0.04)	0.05 (0.05)	0.08* (0.05)	0.09** (0.04)	-0.12 (0.13)	0.05 (0.07)	0.09* (0.04)	0.05 (0.05)
Poupança (% do PIB)	-0.07 (0.16)	-0.14 (0.15)	-0.03 (0.29)	-0.16 (0.22)	-0.05 (0.16)	-0.20 (0.40)	-0.01 (0.38)	-0.09 (0.15)	-0.07 (0.14)
% de pessoas vivendo em zona temperada	0.37 (0.23)	0.31 (0.20)	1.14** (0.56)	0.77 (0.97)	0.37 (0.33)	1.24** (0.57)	1.32* (0.67)	0.41 (0.41)	0.78*** (0.25)
n	67	67	67	67	67	67	67	67	67
J-stat (prob)	3.14 (0.20)	6.16 (0.05)	3.44 (0.18)	0.07 (0.01)	10.87 (0.004)	0.01 (0.99)	0.83 (0.65)	10.3 (0.005)	1.54 (0.46)
Durbin-Wu-Hausman test (prob)	2.46 (0.12)	0.02 (0.87)	2.64 (0.10)	0.11 (0.73)	0.13 (0.71)	6.71 (0.009)	5.66 (0.01)	0.001 (0.97)	3.01 (0.08)
C-test (prob)	1.02 (0.31)	1.58 (0.20)	0.43 (0.50)	1.30 (0.25)	1.67 (0.19)	0.001 (0.97)	0.22 (0.63)	8.44 (0.003)	0.24 (0.62)

Fonte: PIB per capita a preços de 2014 coletado no FMI; cálculos de volatilidade feitos pelo autor; dívida bruta e conta corrente coletados no FMI. Todas as regressões feitas por mínimos quadrados de dois estágios (TSLS). Erros padrão robustos (White) reportados em parênteses. * significante a 10% ** significante a 5% *** significante a 1%. Todas as variáveis estão em logaritmo. Elaboração própria.

Mais estabilidade política pode sinalizar menor necessidade de gasto militar ao longo do tempo, já que essa estabilidade dada no âmbito doméstico poderia sinalizar um país terrorismo e/ou guerra civil, além de maior sinalização de não entrar em conflitos externos. Mais *voice* e *accountability* levando a menos gasto militar pode significar que a possibilidade de expressão livre da população pode levar a demandas mais sociais do que por gastos militares.

Outro exercício interessante, como teste de robustez, que pode ser feito para confirmar a ideia de uma relação inversa entre democracia e gasto com *hard power* pode ser feito através da análise de cointegração em séries de tempo (Maddala e Kim (1998)). A ideia aqui é achar uma relação de longo prazo entre essas duas variáveis e corroborar ou não os resultados achados na análise de regressão.

A necessidade da cointegração é porque as variáveis utilizadas aqui são não-estacionárias, ou seja, são caracterizadas como um *random walk*, em que o valor da variável em t é igual ao valor da variável em $t-1$ mais um componente de erro. Quando as variáveis têm essa característica e forem regredidas umas nas outras podemos ter o que se chama de regressão espúria, ou seja, são variáveis que podem

ter tendências parecidas, mas por serem não estacionárias apresentam R² e estatística t distorcidas.

Na descrição sucinta de Kennedy (2008:302), “a nonstationary variable tends to wander extensively (that is what makes it nonstationary), but some pairs of nonstationary variables can be expected to wander in such a way that they do not drift too far apart, thanks to disequilibrium forces that tend to keep them together. Some examples are short- and long-term interest rates, prices and wages, household income and expenditures, imports and exports, spot and future prices of a commodity, and exchange rates determined in different markets. Such variables are said to be cointegrated: although individually they are I(1), a particular linear combination of them is I(0).”

A ideia então é achar uma regressão em que o erro e_t seja ruído branco, ou seja, que não tenha autocorrelação. Se as duas variáveis Y e X são não estacionárias, ou integradas de ordem 1 como se chama (I(1)), é possível achar um vetor de cointegração $[1, -\beta]$ tal que o erro e_t da regressão seja I(0) (Greene (1993):

$$e_t = y_t - \beta x_t \quad (3)$$

No caso aqui estudado, como são mais de duas variáveis relacionadas, optamos pelo método de Johansen (1988) e Johansen e Juselius (1990). Nesse método, todas as variáveis são consideradas endógenas para a estimativa em que cada uma se expressa como função linear dela mesma e das outras variáveis. As equações são escritas na forma de um VAR (Vetor Autoregressivo). Segundo Kennedy (2008:311), “manipulation of this vector equation produces a vector error correction equation in which differentiated vector terms are explained as lagged differentiated vector terms plus a lagged levels term that represents the error correction phenomenon.”

Como são mais de duas variáveis, é possível haver mais de uma relação de cointegração. Ou seja, pode ser identificada uma relação entre a variável X e a variável Y, mas a variável Y pode se relacionar também com a X em outra equação. Para identificar quantas relações de cointegração existem há dois testes, o do traço e o de máxima verossimilhança, que serão realizados aqui. Além desses testes, também serão realizados testes de raiz unitária para identificação da existência de estacionariedade nas séries ou não e testes específicos de identificação do melhor

modelo de cointegração. Não serão descritos aqui os modelos por trás do método por serem matematicamente complicados, recomendando-se Kennedy (2008) e Bueno (2012) para mais detalhes

Os dados utilizados serão três variáveis específicas. Primeiro, a variável de medida de democracia será dada pelos dados compilados em Cheibub et al (2010). Foi feita uma média simples dos dados em cada ano para a amostra utilizada de 53 países (gráfico 16). Foram escolhidos 53 países neste caso pela disponibilidade de dados da segunda variável, o gasto militar a preços de 2016 compilados pelo SIPRI (2018) com a série iniciando em 1962 e terminando em 2008, ultimo ano da compilação de Cheibub et al. (2010). A terceira variável é a média anual do PIB per capita dos diversos países compilados em Maddison (2018). Todas as séries estão em logaritmo.

Gráfico 16. Indicador de Democracia de Cheibub et al (2010) – média para 53 países

No caso dado de democracia, a estatística, como dito anteriormente, indica 0 se o país for não democrático e 1 se for. A média ao longo dos anos mostra um aumento da democracia no mundo, com forte aceleração nos anos 80. A média é relativamente elevada nos últimos anos por haver certo viés de seleção por conta dos dados. Países com informação mais antiga tendem a ser países mais consolidados e com chance de terem democracias mais estabelecidas. De qualquer

maneira, não é um padrão muito diferente do visto no capítulo anterior para a média mundial.

Já o gasto militar mostra um padrão de três ciclos ao longo das décadas, com o primeiro iniciando no final dos anos 60 com a guerra do Vietnã, o segundo ciclo no começo dos anos 80 com o recrudescimento da disputa entre EUA e União Soviética e as guerras iniciadas no Oriente Médio e o terceiro ciclo se inicia após os ataques às torres gêmeas em 2001. Como se vê no gráfico 17, o gasto militar americano é responsável praticamente por todo os ciclos de gastos militares nas últimas décadas, indicando o peso dos EUA nesse indicador.

Gráfico 17. Gasto militar em US\$ constantes de 2016 – soma para 53 países

Fonte: SIPRI (2018). Elaboração do autor.

Antes de mais nada, os testes de raiz unitária identificaram não-estacionariedade em todas as séries (tabela 7) através de três testes padrão: Augmented Dickey-Fuller (ADF) (Dickey et al (1979) e Elliot-Rothemberg-Stock Point-Optimal (ERS) e Dickey-Fuller GLS, estes últimos baseados em Elliot et al (1996). Estes últimos são mais recomendados por serem testes com mais poder do que o ADF tradicional e por isso são preferidos. Os testes indicam não estacionariedade das três séries.

Tabela 7. Testes de raiz unitária – Democracia, Gasto Militar e PIB mundial

	ERS (DF-GLS)	ERS	ADF
Democracia	0.07***	46.37***	-0.04***
Gasto militar	-0.75***	22.63***	-1.84***
PIB mundial	0.66***	2239***	-2.7**

Nota: *** significância a 1% e ** significância a 5%. Defasagens escolhidas pelo critério de Hannan-Quinn.

Os testes do traço e do máximo autovalor indicam que há cointegração entre as variáveis indicadas (tabela 8).

Tabela 8. Teste do traço e do máximo autovalor

Unrestricted Cointegration Rank Test (Trace)				
Hypothesized No. of CE(s)	Eigenvalue	Trace Statistic	0.05 Critical Value	Prob.**
None *	0.448337	45.59270	42.91525	0.0263
At most 1	0.242579	19.42068	25.87211	0.2566
At most 2	0.150870	7.195913	12.51798	0.3245
Trace test indicates 1 cointegrating eqn(s) at the 0.05 level				
* denotes rejection of the hypothesis at the 0.05 level				
**MacKinnon-Haug-Michelis (1999) p-values				
Unrestricted Cointegration Rank Test (Maximum Eigenvalue)				
Hypothesized No. of CE(s)	Eigenvalue	Max-Eigen Statistic	0.05 Critical Value	Prob.**
None *	0.448337	26.17202	25.82321	0.0450
At most 1	0.242579	12.22477	19.38704	0.3945
At most 2	0.150870	7.195913	12.51798	0.3245
Max-eigenvalue test indicates 1 cointegrating eqn(s) at the 0.05 level				
* denotes rejection of the hypothesis at the 0.05 level				
**MacKinnon-Haug-Michelis (1999) p-values				

O resultado corrobora as estimativas anteriores, com o aumento em 1% da medida de democracia impactando em queda de 2,7% no gasto militar no longo prazo (tabela 9). Um resultado interessante é que o aumento do PIB nesses países levou à queda do gasto militar ao longo do tempo em 3,06%, o que pode ter a ver com a questão discutida anteriormente de quanto mais desenvolvido o país, maior a pressão por distribuição de gastos, especialmente sociais, que tenderiam a comprimir os gastos militares. Ao mesmo tempo, com o próprio aumento da democracia levando a maior desenvolvimento nos países espera-se pressão menor

por gastos militares, valendo a velha tese de que democracias nunca entraram em guerra entre si.

Outro resultado interessante é o coeficiente α que indica o impacto de curto prazo de cada variável no modelo. Para uma variável ser considerada exógena espera-se que ele seja significativo e o sinal indica o grau de convergência se é rápido ou devagar. No caso, o único α significativo é justamente o do gasto militar e no sentido correto, negativo, indicando que a variável de fato é endógena, ou seja, responde às variações das outras variáveis do modelo. Desvios da tendência do gasto militar seriam impelidos a voltar a sua tendência natural pelo movimento do PIB mundial e da democracia. Os α do PIB mundial e da democracia são não significativos, indicando a exogeneidade das variáveis. Para confirmar isso, também estimamos testes LR para cada um dos α na tabela 10 e os resultados confirmam que o gasto militar de fato é endógeno enquanto as outras variáveis seriam exógenas.

Tabela 9. Resultado da cointegração

Vector Error Correction Estimates			
Date: 11/17/18 Time: 14:44			
Sample (adjusted): 1966 2008			
Included observations: 43 after adjustments			
Standard errors in ( ) & t-statistics in [ ]			
Cointegrating Eq:	CointEq1		
LOG(GASTOMILITAR(-1))	1		
LOG(DEMOCRACIA(-1))	2.707374		
	-0.87461		
	[3.09551]		
LOG(PIBMUNDO(-1))	3.062785		
	-1.44524		
	[2.11923]		
@TREND(62)	-0.108745		
	-0.04031		
	[-2.69757]		
C	-39.36292		
Error Correction:	D(LOG(GASTOMILITAR))	D(LOG(DEMOCRACIA))	D(LOG(PIBMUNDO))
α	-0.241805	0.02375	-0.003553
	-0.04796	-0.04567	-0.01788
	[-5.04232]	[0.52004]	[-0.19870]

Elaborado pelo autor. Testes de exclusão de defasagens identificaram 3 defasagens pelos critérios de Hanan-Quinn e Schwartz. Testes de normalidade de Lutkepohl e Urzua indicam normalidade dos resíduos. Testes de autocorrelação LM e de Portmentau indicado não autocorreção dos resíduos.

Tabela 10. Teste LR de exogeneidade

Gasto Militar	
Chi-square(1)	10.17
Probability	0.00
Democracia	
Chi-square(1)	0.37
Probability	0.55
PIB mundial	
Chi-square(1)	0.03
Probability	0.85

Elaborado pelo autor.

Outra análise interessante é avaliar o impacto temporal de choques especialmente no gasto militar, identificado como exógeno. Isso pode ser feito através da análise de impulso-resposta dentro do modelo de cointegração (gráfico 18). Nesse caso, é possível avaliar o impacto do aumento de um desvio padrão em uma variável sobre as outras. No caso, percebe-se, como esperado, um impacto negativo ao longo prazo no gasto militar do aumento da democracia e do PIB mundial. No caso do PIB esse impacto é imediato e no caso da democracia leva cerca de quatro anos para ocorrer. Ou seja, um aumento da democracia hoje levaria cerca de quatro anos para começar a ter impacto negativo no gasto militar.

O impacto ser mais rápido de variações de PIB do que da democracia faz sentido pelas decisões econômicas que precisam ser tomadas de alocação de recursos em momentos de variação de PIB. Mas é interessante notar certa coincidência dos períodos de aumento de gasto militar vistos no gráfico 17 com os movimentos de PIB. Os três ciclos de expansão militar foram ciclos também de pressão econômica nos EUA, causados por motivos não militares. Assim, a guerra do Vietnã coincidiu com a crise americana do início dos anos 70. A corrida armamentista no início dos 80 coincidiu com a dupla recessão americana de 1981 e 1983 e a queda das Torres Gêmeas em 2001 coincidiu com a recessão americana, que já havia iniciado antes dos atentados.

Gráfico 18. Impacto de impulso-resposta em democracia e PIB mundial de choque no gasto militar

Elaborado pelo autor

Como se vê, os resultados são relativamente robustos em mostrar que aumento da democracia e de medidas gerais de governança dos países em diversas medidas têm o efeito de diminuir o gasto militar ao longo dos anos. Resultado similar se observa pelo crescimento mundial, com impacto negativo no gasto militar, leitura que se junta ao primeiro capítulo em que vimos que economias mais desenvolvidas tem maior *soft power*. A interpretação conjunta de ambos os resultados parece indicar que, de fato, economias mais desenvolvidas e com instituições mais sólidas tendem a ver seu *soft power* crescer e diminuir seu *hard power*.

Conclusão

O governo Trump resolveu aumentar os gastos militares desde que tomou posse, em parte para retribuir o apoio recebido durante a campanha presidencial, mas em parte por acreditar que isso se faz necessário como demonstração de poder americano. Seja qual for a razão, o fato é que os gastos militares dos EUA começaram a aumentar nos últimos anos. Mais ainda, esse aumento de gasto colocou outros países em corrida armamentista novamente, especialmente a Rússia (Gielow (2019)). Mas isso será sustentável? Países com gastos públicos comprimidos por crescente déficit público e demandas sociais de diversas ordens terão espaço para

que esses gastos voltem a ter a relevância do passado? O que o resultado desse artigo mostra é que provavelmente haverá limites para isso.

Países com democracias bem estabelecidas tendem a ver menor crescimento ao longo do tempo dos gastos militares, não significando isso que haverá momentos em que os gastos poderão crescer de forma importante por alguma guerra, como mostrado no gráfico 17. Talvez pela primeira vez pode haver inflexão de gastos militares por parte dos EUA em tempos de paz sem haver uma guerra relevante para justificar tal aumento. Mas o ponto é que a expansão muito exagerada dos gastos tende a ter limites quando há vozes contrárias na sociedade, seja pela presença de imprensa livre (*voice*), seja porque a escolha poderá ter que ser entre mais gasto militar ou mais gasto com previdência social.

A economia é feita de escolhas, já nos lembrava Paul Samuelson em seu clássico exemplo de livro-texto sobre o que nos leva a escolher entre produzir mais canhões ou mais manteiga, e aqui as preferências parecem que serão claras por parte da sociedade em torno de mais gastos que não militares. Se na época de Samuelson a guerra-fria era uma questão relevante e as pressões por gastos públicos eram relativamente menores, esse não é mais o caso hoje em que mesmo os realistas mais empedernidos como John Mearsheimer colocam em dúvida a necessidade de forte expansão de gastos militares quando se é tão difícil ter resultados concretos com invasões ou guerras em outros países. Cria-se espaço para que outro tipo de *hard power*, como as sanções econômicas, possam surtir mais efeito sem trazer impactos tão destrutivos na economia. O caso recente da Venezuela em que os EUA optaram por sanções ao invés de invasão, da mesma forma que foi feito durante vários anos com o Irã, poderá ser modelo mais concreto de interferência em outros países. Tal avaliação fica como estudo para um outro artigo.

5. Qual o impacto das democracias no *hard power* e *soft power* americanos?

Introdução

Nos dois itens anteriores foram estudados alguns condicionantes tanto do *soft* quanto do *hard power*, com a sugestão corroborada pelos dados empíricos de que as instituições/economia possam ter algum impacto nos dois tipos de poder. No caso do *soft power*, como se viu, a relação é indireta, pois não se estudou aqui o impacto das instituições na economia por já ter sido amplamente analisado pela academia. Mas qual poderia ser a relação entre essas três variáveis?

Buscando uma forma alternativa de análise, esse artigo abordará o comportamento ao longo do tempo dessas variáveis usando técnicas de séries de tempo para identificar as relações causais entre as mesmas. Não existem dados gerais mundiais ao longo do tempo de *soft power*, apesar de existirem informações de *hard power* como se viu no capítulo anterior. Assim, será testada a hipótese do impacto da variação do *hard power* e do *soft power* americano no nível de democracia mundial. Dada a importância da economia americana na tentativa de disseminar ideais democráticos ao redor do planeta, a hipótese aqui levantada segue a mesma linha dos resultados anteriores, ou seja, em que o *soft power* amplia a democracia no mundo e o *hard power* diminui. Diferentemente das análises anteriores, que captaram o impacto dentro dos países, a ideia aqui é analisar se há algum impacto externo, no caso dos EUA, sobre os regimes políticos no mundo. O resultado interessante a que se chega é que as democracias parecem ser independentes da evolução dos *soft* e *hard power* americanos. Ou seja, o aumento das democracias faz com que os EUA gastem mais com *soft power* do que *hard power*, o que faz sentido considerando que com mais democracias haveria menos necessidade de gasto militar.

Breve avaliação teórica

Antes de mais nada, o uso dos EUA como país para ser analisado é pela razão histórica de interferência com *soft* e *hard power* ao longo da história. Por mais que o Reino Unido, por exemplo, tenha um ranking elevado de *soft power*, a sua atuação em *hard power* de forma generalizada acompanhou a americana ao longo das

décadas em análise e quando houve necessidade da relação inversa nas Guerras das Malvinas, por exemplo, o governo americano ficou de fora (Aldous, 2012). Assim, analisar a posição dos EUA em *hard power* se torna mais relevante do que a de outros países como impacto em regimes políticos. Como também se quer estudar a relação entre *soft power* e *hard power* com os dados americanos não haveria sentido juntar a informação de *soft power* de outro país na análise.

Em termos teóricos, o natural talvez seria esperar uma relação entre o *soft* e o *hard power* americano e as democracias ao redor do mundo. Desde o pós-Segunda Guerra Mundial, os EUA criaram uma base de sustentação das democracias ocidentais através de diversos organismos internacionais, desde a ONU até mais recentemente com a OMC. Para os demais países fora da órbita ocidental valeu de tempos em tempos a interferência direta via guerra, sozinho ou com aliados. Há teóricos até que sugerem que guerras entre países pequenos ocorram sem intervenção para que eles mesmos cheguem a um acordo sem precisar de uma interferência que possa minar uma solução definitiva (Luttwak (1999)), nas linhas do que Morris (2014) já falou das guerras produtivas do passado. Em que pese essa possibilidade, imaginar guerras longas e em sequência hoje parece fora de consideração quando se compara uma época em que isso era normal. Não se garante, também, que mesmo 200 anos de guerra entre países institucionalmente fracos ainda hoje poderia gerar uma solução melhor de saída (Fukuyama (2014b)). Vale dizer que a busca hoje das maiores potências parece passar mais por tentar alcançar alguma estabilidade política do que de fato transformar países em democracia. Como nos lembra Carrothers (2015:93), “as the century’s second decade nears its midpoint, the United States and Europe are preoccupied with daunting security challenges in the Middle East, the former Soviet Union, and East Asia that many policy makers read as making political stability rather than democratic change the overriding priority”.

Mesmo assim, o fato é que entre países democráticos ou não, as guerras nas últimas décadas diminuíram sobremaneira. Como diz Pinker (2018: 158), “there have been no more than three (wars) in any year since 1945, none in most years since 1989, and none since the American-led invasion of Iraq in 2003, the longest stretch without an interstate war since the end of the World War II.”

Da mesma forma que as guerras deixaram de ser eficientes, o tipo de *warfare* criado nos últimos anos também dificulta travar guerras tradicionais. Os atores agora são variados, como vimos na guerra contra o Estado Islâmico (Cockburn (2015)), e com tecnologias diversas que o Estado tradicional teria dificuldade de lutar. Como diz Naim (2013: 123), “two crucial monopolies – one philosophical, one practical – have vanished and exposed its vulnerabilities. First is the state’s philosophical monopoly on the legitimate use of force. The second is a practical monopoly bestowed on the military by the geopolitical competition among sovereign states and the need for ever-more complex technology to win it. The rise of powerful nonstate actors and the breakneck diffusion of technology beyond the realms of specialists have destroyed that nuts-and-bolts advantage.” Ou como diz Rifkind e Picco (2016:105), “the new wars of the twenty-first century are witnessing a shift from ‘symmetrical’, interstate wars towards ‘vertical’ or ‘asymmetrical’ confrontations between rulers and the ruled, between the more and less powerful, between state and non-state actors.” E ainda segundo Morlino et al (2017:228), “power is more and more getting powerless. Many traditional powers have been defeated by smaller and weaker actors...A power which is shaped and conceived for fighting an army is not so efficient when meeting social actors”.

Nesse estado de tantas indefinições sobre atores e necessidade de guerras, faz sentido pensar que a relação não seja do *hard power* americano causando mudanças nas democracias do mundo, mas as democracias que se transformam e permitem que os EUA gastem menos na área militar.

O ponto relevante aqui é que os Estados têm dinâmica própria de institucionalização e cultura que levam ao desenvolvimento econômico de cada país, com mais ou menos democracia. É talvez uma corroboração empírica da tese de Mearsheimer (2018) de que os Estados Unidos não deveriam intervir em outros países para espalhar seu liberalismo doméstico, pois estes têm processos nacionalistas próprios que impediriam que outro país conseguisse mudar sua trajetória. Como diz Mearsheimer (2018:122), “turning a country into a liberal democracy is extremely difficult, not only because foreign cultures have deep roots and are hard to manipulate, but also because many people around the world do not privilege individual rights. Moreover, nationalism, which is all about self-determination, leads

countries to resist foreign interference in their domestic affairs...when it comes to politics among states, liberalism is no match for nationalism and realism.”

Sendo isto verdade, o caminho de “interferência” não seria via *hard power* nos países, mas um mix de *soft power* com políticas de estímulo às democracias via organizações não-governamentais, por exemplo.

Base de dados e resultados empíricos

Para começar, usamos os dados de participação de gastos com defesa e gastos com o Departamento de Estado e Programas Internacionais de Assistência, ambos coletados para o período de 1962 a 2015 no *Office of Budget and Management* da Casa Branca. Obviamente aqui se apresenta uma parcela, digamos, oficial do que seria o gasto público com *soft power*, já que não é possível identificar em série temporal gastos com ONGs, cultura, etc. Tal tipo de configuração já havia sido feita por Nye (2004:124) para identificar gastos dos EUA com *soft power* e *hard power*, considerando no caso apenas os gastos com diplomacia pública, que seriam aqueles usados com o objetivo de influenciar a opinião pública fora dos EUA. Aqui optou-se por uma definição mais ampla, abarcando os gastos totais do Departamento de Estado e os gastos com os programas de assistência internacional, como os programas capitaneados pela USAID (gráfico 19).

Gráfico 19. Gastos militares e com “soft power” – EUA (% do gasto público total)

Fonte: White House (Office of Management and Budget).

Os dados de democracia foram coletados de duas formas. Primeiro, como a média em cada ano do score de cada país, sendo que o projeto Polity IV considera números de -10 (autocracias) até 10 (democracias). O gráfico 20 mostra as médias anuais com o período que será analisado a partir de 1962. Outra alternativa usada são os dados de Cheibub et al (2010) de democracia e ditadura, usados no capítulo anterior.

Além dessas variáveis, será usada o PIB americano como variável de controle. Pode ser que a participação tanto do gasto de *soft power* quanto *hard power* pode ter sido impactado pela variação do PIB e por isso a necessidade de seu uso¹³. Todos os dados estão logaritimizados.

Gráfico 20. Média anual dos scores de regime político - 1800 a 2014

Para estimar a relação entre as variáveis, será usado o método de cointegração com estimação de vetor de correção de erros (VECM) (Johansen et al (1990) e Maddala et al (1998)), como no capítulo anterior. Para esta estimação, primeiro precisamos identificar se há raiz unitária nas séries, o que se faz para evitar que exista regressão espúria¹⁴. Como esperado pela visualização das séries, todas elas possuem raiz

¹³ Há a discussão natural de que pode haver uma relação causal entre o PIB americano e o número de democracias, na linha de pesquisa institucional de pesquisadores como Daron Acemoglu e James Robinson. No caso dos modelos que serão aqui especificados, foi testada a exogeneidade do PIB através do teste de razão de máxima verossimilhança (LR), indicando em todos os modelos que o PIB de fato é exógeno.

¹⁴ Regressão espúria se dá quando parece haver uma relação de causalidade de entre duas séries, mas na verdade existe apenas uma tendência estocástica comum, que mascara a verdadeira relação entre as variáveis. Os testes aqui realizados permitem identificar se essas variáveis possuem essa característica. Sendo este o caso, não é possível estimação por OLS (Maddala et al (1998)).

unitária (tabela 11), o que impede regressão por OLS, buscando-se a alternativa via cointegração.

Tabela 11. Resultados dos testes de raiz unitária¹⁵

	ERS (DF-GLS)	ERS	ADF
Soft power	-0.79***	2.34***	-2.79**
Hard power	-0.19***	53.5***	-1.69***
Democracia (Polity IV)	0.02***	70.6***	-0.25***
Democracia (Cheibub)	-0.08***	36.56***	-0.01***
PIB EUA	0.83***	1871.6***	-1.99***

Nota: *** significância a 1% e ** significância a 5%. Defasagens escolhidas pelo critério de Hannan-Quinn.

Nesta técnica, estimam-se todas as variáveis por VAR (Vetor Autoregressivo) primeiramente para identificação da defasagem do sistema. Inicialmente será testado o modelo com o indicador de democracia de Cheibub et al (2010), chamado aqui de Modelo 1. Usando os critérios de Schwartz e Hannan-Quinn para identificação da melhor escolhemos três defasagens¹⁶. Outra identificação importante é se os resíduos têm distribuição normal. Caso não sejam, os coeficientes das regressões perdem significado. No caso, os testes de Lutkepohl (0,67 de p-value) e Doornik-Hansen (0,49 de p-value) indicam normalidade dos resíduos. Além disso, os testes de autocorrelação LM e de Portmanteau indicam que não há mais correlação nos resíduos. Todos esses critérios permitem identificar um modelo minimamente bem especificado a partir do qual se testa a existência ou não de cointegração entre as variáveis. Os testes do traço e do máximo autovalor de Johansen (Johansen et al (1990) são usados para identificar cinco possibilidades de modelos de cointegração e o ideal é que os dois testes confirmem. No caso, os dois testes confirmaram a cointegração entre as variáveis (tabelas 12 e 13).

¹⁵ Testes baseados em Dickey et al (1979) e Elliot et al (1996).

¹⁶ Os critérios de informação são usados ao invés do tradicional R², pois são menos sensíveis ao tamanho da amostra. No R² quanto maior o tamanho da amostra, maior o R² e isso pode trazer informação errada na escolha do modelo. Ou seja, dificilmente ele indicaria um modelo com menor defasagem como melhor opção. Ao corrigir essa deficiência do R², esses critérios permitem modelos mais parcimoniosos, especialmente porque estimam um número grande de coeficientes.

Tabela 12. Testes do traço e do máximo autovalor – Cheibub et al (2010)

Hypothesized No. of CE(s)	Eigenvalue	Trace Statistic	5 Percent Critical Value	1 Percent Critical Value
None **	0.709114	77.81390	39.89	45.58
At most 1	0.285701	23.48160	24.31	29.75
At most 2	0.176840	8.677622	12.53	16.31
At most 3	0.002610	0.114992	3.84	6.51

Trace test indicates 1 cointegrating equation(s) at both 5% and 1% levels
 *(**) denotes rejection of the hypothesis at the 5%(1%) level

Hypothesized No. of CE(s)	Eigenvalue	Max-Eigen Statistic	5 Percent Critical Value	1 Percent Critical Value
None **	0.709114	54.33230	23.80	28.82
At most 1	0.285701	14.80397	17.89	22.99
At most 2	0.176840	8.562630	11.44	15.69
At most 3	0.002610	0.114992	3.84	6.51

Max-eigenvalue test indicates 1 cointegrating equation(s) at both 5% and 1% ...
 *(**) denotes rejection of the hypothesis at the 5%(1%) level

Tabela 13. Testes do traço e do máximo autovalor – Polity IV

Hypothesized No. of CE(s)	Eigenvalue	Trace Statistic	5 Percent Critical Value	1 Percent Critical Value
None *	0.479677	67.93107	62.99	70.05
At most 1	0.346214	34.61245	42.44	48.45
At most 2	0.188782	12.93871	25.32	30.45
At most 3	0.043507	2.268583	12.25	16.26

Trace test indicates 1 cointegrating equation(s) at the 5% level
 Trace test indicates no cointegration at the 1% level
 *(**) denotes rejection of the hypothesis at the 5%(1%) level

Hypothesized No. of CE(s)	Eigenvalue	Max-Eigen Statistic	5 Percent Critical Value	1 Percent Critical Value
None *	0.479677	33.31862	31.46	36.65
At most 1	0.346214	21.67374	25.54	30.34
At most 2	0.188782	10.67013	18.96	23.65
At most 3	0.043507	2.268583	12.25	16.26

Max-eigenvalue test indicates 1 cointegrating equation(s) at the 5% level
 Max-eigenvalue test indicates no cointegration at the 1% level
 *(**) denotes rejection of the hypothesis at the 5%(1%) level

Tabela 14. Resultados de cointegração para o Modelo com dados de Cheibub et al (2010)

Vector Error Correction Estimates				
Date: 11/19/18 Time: 18:05				
Sample (adjusted): 1966 2008				
Included observations: 43 after adjustments				
Standard errors in ( ) & t-statistics in [ ]				
Cointegrating Eq:	CointEq1			
LSHAREDEFENSE(-1)	1			
LSHARESTATE(-1)	-1.470197			
	-0.12796			
	[-11.4892]			
LCHEIBUB(-1)	0.229647			
	-0.10904			
	[2.10614]			
LPIB(-1)	-0.313395			
	-0.0116			
	[-27.0278]			
Error Correction:	D(HARDPOWER)	D(SOFTPOWER)	D(LCHEIBUB)	D(LPIB)
α	-0.077136	0.268162	0.006728	-0.074735
	-0.04988	-0.16571	-0.03606	-0.02389
	[-1.54651]	[1.61824]	[0.18661]	[-3.12855]

Elaborado pelo autor. Testes de exclusão de defasagens identificaram 3 defasagens pelos critérios de Hanan-Quinn e Schwartz. Testes de normalidade de Lutkepohl e Urzua indicam normalidade dos resíduos.

Os resultados da tabela 14 indicam que um aumento de 1% do indicador de democracia leva a queda do gasto com defesa em 0,22%, enquanto o aumento do gasto com *soft power* leva a um aumento de 1,47% no gasto militar. Parece haver certa complementariedade entre os gastos com *soft* e *hard power* no caso americano. Interessante notar que o teste LR de exogeneidade da tabela 16 indica que o indicador de democracia é exógeno, enquanto tanto o *soft* quanto o *hard power* são endógenos. Eles no final responderiam às variações de democracia ao redor do mundo. Essa é uma indicação interessante de que, de fato, o gasto militar e com *soft power* americanos teria pouca influência na evolução das democracias do mundo, reforçando a ideia realista de que as democracias mundiais têm características que

independem do aumento dos gastos com instrumentos de poder americanos, no caso especificamente do poder militar.

Tabela 15. Resultados de cointegração para o Modelo com dados de POLITY IV

Vector Error Correction Estimates				
Date: 11/19/18 Time: 18:05				
Sample (adjusted): 1964 2014				
Included observations: 51 after adjustments				
Standard errors in ( ) & t-statistics in [ ]				
Cointegrating Eq:	CointEq1			
HARDPOWER(-1)	1			
SOFTPOWER(-1)	-2.686345			
	-0.39824			
	[-6.74562]			
POLITYIV(-1)	1.300614			
	-0.44893			
	[2.89714]			
PIB(-1)	-6.727773			
	-1.60055			
	[-4.20340]			
@TREND(62)	0.148088			
	-0.04078			
	[3.63136]			
C	49.61507			
Error Correction:	D(HARDPOWER)	D(SOFTPOWER)	D(POLITYIV)	D(LPIB)
α	-0.100853	0.262857	0.005497	-0.009395
	-0.02369	-0.07482	-0.02215	-0.01126
	[-4.25684]	[3.51331]	[0.24818]	[-0.83447]

Elaborado pelo autor. Testes de exclusão de defasagens identificaram 1 defasagem pelos critérios de Hanan-Quinn e Schwartz. Testes de normalidade de Lutkepohl e Urzua indicam normalidade dos resíduos. Testes de

Os resultados com os dados do Polity IV não são muito diferentes (tabela 15), indicando que a elevação do indicador de democracia leva a uma queda de 1,3% no gasto militar, enquanto o aumento do soft power em 1% leva a um aumento do gasto militar em 2,68%. Da mesma forma parece haver exogeneidade nos testes LR da tabela 16 para o dado de democracia e endogeneidade no caso dos indicadores de poder. Talvez, de fato, uma indicação que a democracia no mundo avança à despeito

dos esforços de gasto militar americano e sinaliza que o aumento da democracia no mundo permite que os EUA no final possam diminuir seu próprio gasto militar.

Tabela 16. Teste LR de exogeneidade

Teste LR de exogeneidade

HARDPOWER	
Chi-square(1)	9.38
Probability	0.00
SOFTPOWER	
Chi-square(1)	6.07
Probability	0.01
POLITY IV	
Chi-square(1)	0.06
Probability	0.80
PIB	
Chi-square(1)	0.45
Probability	0.50

Elaborado pelo autor.

Teste LR de exogeneidade

HARDPOWER	
Chi-square(1)	2.60
Probability	0.10
SOFTPOWER	
Chi-square(1)	3.83
Probability	0.05
CHEIBUB	
Chi-square(1)	0.05
Probability	0.82
PIB	
Chi-square(1)	8.38
Probability	0.00

Elaborado pelo autor.

Como os dados vão de 1962 a 2015 ele passa por períodos em que o mundo era bipolar, na época da União Soviética, até os momentos em que a hegemonia americana ficou mais patente, dos anos 90 para cá. Ou seja, é uma média de dois períodos muito distintos em termos de manutenção do poder militar americano, em disputa mais explícita com os russos até os anos 80. Agora com a ascensão da China será interessante ver se o aumento do gasto militar poderá se acelerar novamente, especialmente se o padrão de apoio ao gasto com defesa expresso pelo presidente Trump perdurar nos próximos anos se, por exemplo, ele for reeleito.

Conclusão

Em tempos de Trump, em que a política externa americana parece ter perdido o compasso de outrora, mais do que nunca é interessante identificar o grau de interferência que os EUA podem ter em outros países. A ideia de que o *hard power*, o *big stick* rooseveltiano, poderia mudar trajetória democráticas segue sendo um ideário mais liberal do que realista. Por exemplo, Ikenberry (2011:76) considera o mundo liberal pós-segunda guerra como um hierárquico em que “hierarchical orders can be stablished and maintained by coercive domination or through consent.” De forma errática, parece haver tendência nos últimos anos, inclusive com o ex-presidente Obama, de que os EUA deveriam se retirar gradativamente de zonas

de guerra e buscar outros tipos de acordos, passando por outro tipo de *hard power* via sanções econômicas, que foram usadas recentemente com o Irã e a Venezuela, por exemplo.

Com menos *hard power* bélico e mais *hard power* de outras configurações o campo de atuação na verdade pode aumentar. Sanções econômicas custam muito menos do que guerras. Guerras cibernéticas são um tipo de *hard power* que tenderá a se proliferar nos próximos anos. De fato, isso já foi usado como *warfare* pelos EUA e Israel contra o Irã para tentar parar sua evolução nuclear (Gibney (2016)). Foi criado um *malware* específico contra o Irã, mas que acabou vazando e sendo descoberto pelos russos. Esse tipo de ataque tende a crescer e tornar o *hard power* tradicional aqui estudado como obsoleto, mas isso será objeto de estudo futuro.

6. Conclusão

A presente tese teve o objetivo de discutir alguns condicionantes necessários, mas não suficientes, para que o *soft* e o *hard power* ocorram. Empiricamente, tentamos corroborar a ideia de que o desenvolvimento econômico de um país é relevante para que ele tenha *soft power*: quanto mais desenvolvido, mais *soft power* ele poderá ter. Ao mesmo tempo, por trás disso está a ideia de que as instituições são importantes. A literatura tem sido fértil em demonstrar que as instituições quando são inclusivas permitem maior desenvolvimento econômico e, portanto, indiretamente é um indicador da possibilidade de aumento do *soft power* ao longo dos anos. Assim, países com instituições sólidas são aqueles que conseguirão em algum momento ter seu *soft power* também incrementado.

Essa discussão é particularmente interessante quando vemos a China despontando nos últimos anos com forte crescimento econômico, mas ainda sendo um país de renda média baixa, quando considerado seu PIB per capita. Ainda não se sabe se ela conseguirá passar da armadilha da renda média e, de fato, entrar no rol de países de renda per capita permanentemente elevada. A questão que se coloca é se a China conseguirá dar esse passo com o tipo de instituições extrativistas que possui hoje. Sendo este o caso, fica a dúvida se o *soft power* que aumentou nos últimos anos conseguirá seguir aumentando e, conseqüentemente, se também será possível se manter em patamar elevado.

Da mesma forma, vimos que países como Brasil e Argentina, nunca conseguiram apresentar nível elevado de desenvolvimento econômico ao longo do século passado, o que pode ter penalizado suas capacidades de *soft power*. É interessante aqui lembrar que a Argentina tinha condições econômicas muito mais promissoras no começo do século XX, se equiparando em muitas frentes com os países ricos de então, como EUA e Inglaterra, mas cuja frustração em manter o crescimento ao longo dos anos seguintes levou o país à posição inferior no panorama internacional hoje. Muito provavelmente, dados os resultados empíricos, se a Argentina tivesse se desenvolvido mais poderia ter tido capacidade de evolução mais positiva de seu *soft power*, não dependendo apenas de figuras populares como o Papa Francisco ou Messi.

O que se vê na relação positiva entre instituições e *soft power* se vê de forma contrário na relação entre instituições e *hard power*. No caso desta, países que apresentaram maior desenvolvimento institucional tiveram menos gasto com um aspecto do *hard power*, o gasto militar.

Aqui pode haver alguma diferença quando se olha o papel de um *hegemon*, como os EUA, e os demais países. O papel do *hard power* para os americanos certamente tem outro peso do que para países ricos, mas que não tiveram o peso de um “globocop”, como Jeffrey Sachs chama (Sachs (2018)), para o caso americano.

Mas ao analisar a evolução do gasto militar americano, seu *soft power* e as democracias no mundo o que se viu é que as democracias são exógenas, ou seja, evoluíram à despeito da capacidade militar americana, o que reforça a ideia realista de Mearsheimer (2018). Mais ainda, observou-se que o aumento da qualidade democrática no mundo levou os EUA a poderem ter menos gastos militares ao longo dos anos. É verdade, entretanto, que os últimos anos presenciaram uma tendência de crescimento do gasto militar e o desmantelamento do Departamento de Estado americano. Esse processo não começou com o governo Trump e tem seus resquícios ao final do governo Clinton. Mesmo o governo Obama não pode ser considerado amigável ao Departamento de Estado e diversas de suas políticas já tinham maior conotação militar do que de *soft power*, especialmente com o Afeganistão e com o Paquistão (Farrow (2019)).

De certa forma, ao darmos peso ao papel das instituições na evolução positiva ou negativa do *soft* e do *hard power* colocamos em discussão o fato do grau de percepção de interferência que os países podem passar a ter ao longo do tempo. Há a percepção de que o gasto militar pode ser contraproducente, na linha de Morris (2014)), e que as demandas sociais em cada país podem levar a prioridades diferentes dos gastos militares. Mais ainda, pode ser um dado a referendar a ideia de que o espaço para intervenções militares em outros países possa de fato diminuir ao longo dos próximos anos, vide a tendência demonstrada tanto por Obama e mais ainda por Trump de não querer entrar em contendas em outros países.

Não podemos deixar de terminar lembrando que o tipo de warfare que está surgindo e poderá ser usual no futuro será cibernético e não mais nas mãos apenas de estados,

mas com atores não-Estado tendo capacidade de afetar outros países por ataques cibernéticos, como aliás tem acontecido em pequena escala. Mas isso será tema para estudos futuros.

7. Bibliografia

Acemoglu, D., Johnson, S. e Robinson, J. (2001). The Colonial Origins of Comparative Development: An Empirical Investigation. In: *American Economic Review*, vol. 91, pp. 1369-1401.

Acemoglu, D., Johnson, S. e Robinson, J. (2005). Institutions as a Fundamental Cause of Long-Run Growth. In: *Handbook of Economic Growth*, volume 1A, editado por Philippe Aghion e Steven N. Durlauf. Elsevier B. V.

Acemoglu, D., Johnson, S., Robinson, J. e Yared, P. (2008). Income and democracy. In: *American Economic Review*, vol. 98, n.3, p. 808-842.

Acemoglu, D. e Robinson, J. (2012). *Why Nations Fail: The Origins of Power, Prosperity, and Poverty*. Crown Publishers.

Acemoglu, D. e Robinson, J. (2013). Economics versus Politics: Pitfalls of Police Advice. In: *Journal of Economic Perspectives*, vol. 27, n. 2.

Acemoglu, D., Gallego, F. e Robinson, J. (2014). Institutions, Human Capital, and Development. In: *The Annual Review of Economics*, vol. 6, pp. 875-912.

Acemoglu, D., Nairu, S., Restrepo, P. e Robinson, J. (2015). *Democracy Does Cause Growth*. <http://economics.mit.edu/files/11227>

Acemoglu, D. e Robinson, J. (2016). *Paths to Inclusive Political Institutions*. MIT Working Paper. <https://economics.mit.edu/files/11338>

Aghion, P., Angeletos, G-M., Banerjee, A. e Manova, K. (2005). *Volatility and growth: credit constraints and productivity-enhancing investment*. NBER Working Paper . 11349, Maio.

Aldous, R. (2012). *Reagan e Thatcher: uma relação difícil*. Editora Record.

Alesina, A. e Giuliano, P. (2013). *Culture and Institutions*. NBER Working Paper 19750.

Alt, J. E. e Gilligan, M. (2010). The Political Economy of Trading States: Factor Specificity, Collective Action Problems, and Domestic Political Institutions. In:

International Political Economy: Perspectives On Global Power and Wealth. Feffry A. Frieden, David A. Lake e J. Lawrence Broz, editores. W. W. Norton & Company.

Anastasakis, O. (2005). The Europeanization of the Balkans. In: *Brown Journal of World Affairs*, vol. 12, issue 1.

Avelino, G., Brown, D. e Hunter, D. (2005). The Effects of Capital Mobility, Trade Openness, and Democracy on Social Spending in Latin America, 1980-1999. In: *American Journal of Political Science*, vol. 49, n. 3., pp. 625-641.

Baldwin, D. A. (2016). *Power and International Relations: A Conceptual Approach*. Princeton University Press.

Banerjee, A. e Duflo, E. (2014). *Under the Thumb of History? Political Institutions and the Scope for Action*. NBER Working Paper n. 19848.

Bauer, M., Blattman, C., Chytilová, J., Henrich, J., Miguel, E. e Mitts, T. (2016). Can War Foster Cooperation? In: *Journal of Economic Perspective*, vol. 30, n.3, pp. 249-274.

Besley, T. e Persson, T. (2011). *Pillars of Prosperity: The Political Economics of Development Clusters*. Princeton University Press.

Brljavac, B. (2011). Assessing the Europeanization of Bosnia and Herzegovina: a litmus test for the European Union. In: *Human Affairs*, vol. 21, issue 4.

Bueno, R. de L. S. (2012). *Econometria de Séries de Tempo*. Segunda edição. Cengage Learning.

Câmara dos Deputados (2016). Requerimento de informação por parte da Câmara dos Deputados. <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/1433973.pdf>

Campos, N. F., Karanasos, M. e Tan, B. (2014). *From Riches to Rags, and Back? Institutional Change, Financial Development and Economic Growth in Argentina since the 1890's*. IZA Discussion Paper Series n. 8654.

Canes-Wrone, B. Howell, W.G. e Lewis, D. E. (2008). Toward a Broader Understanding of Presidential Power: A Re-Evaluation of the Two Presidencies Thesis. In: *Journal of Politics*, vol. 70, n. 1, pp. 1-16.

Caplan, B. (2007). *The Myth of the Rational Voter: Why Democracies Choose Bad Policies*. Princeton University Press.

Carrothers, T. (2015). *Democracy Aid at 25: Time do Choose*. In: *Democracy in Decline?* Edts Larry Diamond e Mark Plattner, Johns Hopkins University Press.

Celestino, H. (2016). Um Brasil silencioso. In: *Jornal Valor Econômico*, Caderno Eu & fim de Semana, 6 de maio.

Chade, J. (2016). Brasil soma dívida de R\$ 3,2 bilhões com órgãos internacionais. O Estado de São Paulo, 15 de abril de 2016.
<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-deve-r-3-2-bi-a-orgaos-como-onu-e-oms,10000026075>

Cheibub, J. A., Gandhi, J. e Vreeland, J.R. (2010). Democracy and Dictatorship Revisited. In: *Public Choice*, vol. 143, n 2-1, pp. 67-101.

Cockburn, P. (2015). *A origem do Estado Islâmico: o fracasso da “guerra ao terror” e a ascensão jihadista*. Autonomia Literária.

Cohen, E. A. (2017). *The Big Stick: The Limits of Soft Power & the Necessity of Military Force*. Basic Books.

Collier, P. e Venables, A. J. (2011). *Plundered Nations? Success and Failures in Natural Resource Extraction*. Palgrave Macmillan.

Crafts, N. (2018). *Forging Ahead, Falling Behind and Fighting Back: British Economic Growth from the Industrial Revolution to the Financial Crisis*. Cambridge University Press.

Dahl, R. (1957). The concept or Power. In: *Behavioral Sciences*, vol. 2, pp. 201-215.

Dahl, R. (1961). *Who Governs?* Yale University Press.

Dahl, R. (1998). *On Democracy*. Yale University Press.

Dale, S. e Fattouh, B. (2017). *Peak Oil Demand and Long-Run Oil Prices*. British Petroleum Research. <https://www.bp.com/content/dam/bp/business->

[sites/en/global/corporate/pdfs/energy-economics/bp-peak-oil-demand-and-long-run-oil-prices.pdf](https://www.bp.com/content/dam/bp/en/global/corporate/pdfs/energy-economics/bp-peak-oil-demand-and-long-run-oil-prices.pdf)

Deaton, A. (2013). *The Great Escape: Health, Wealth, and the Origins of Inequality*. Princeton University Press.

Diamond, L. (2015). *Facing Up to the Democratic Recession*. In: Democracy in Decline? Edts Larry Diamond e Mark Plattner, Johns Hopkins University Press.

Dickey, D.A. e Fuller, W.A. (1979). Distribution of the Estimators for Autoregressive Time Series with a Unit Root. In: *Journal of the American Statistical Association*, vol 74, pp. 427-431.

Downes, A.B. e Monten, J. (2013). Forced to Be Free? Why Foreign-Imposed Regime Change Rarely Leads to Democratization. In: *International Security*, vol. 37, n.4 , pp. 90-131.

Eger III, R., McDonald III, B. e Wilsker, A. (2014). Religious Attitudes and Charitable Donations. In: *Journal of Applied Business and Economics*, vol. 17, n.2, pp. 52-65.

Easterly, W., Satyanath, S. e Berger, D. (2008). *Superpower Interventions and Their Consequences for Democracy: An Empirical Inquiry*. NBER Working Paper n. 13992.

Easterly, W. e Levine, R., (2003). Tropics, germs, and crops: how endowments influence economic development. In: *Journal of Monetary Economics*, vol. 50, n. 1, pp. 3-39.

Eichenbaum, M., Hansen, L.H. e Singleton, K.J. (1988). A time series analysis of representative agent models of consumption and leisure choice under uncertainty. In: *Quarterly Journal of Economics*, vol. 103, n. 1, pp. 51-78.

Eichengreen, B. (2008). *Globalizing Capital: A History of the International Monetary System*. Princeton University Press.

Elliot, G., Rothenberg, T.J. e Stock, J.H. (1996). Efficient Tests for an Autoregressive Unit Root. In: *Econometrica*, vol. 64, pp. 813-836.

Enterline, A. J. e Greig, J. M. (2008). Perfect Storms? Political Instability in Imposed Politics and the Futures of Iraq and Afghanistan. In: *Journal of Conflict Resolution*, vol. 52, n. 6, pp 880-915.

Farrow, R. (2019). Guerra contra a paz: o fim da diplomacia e o declínio da influência norte-americana. Editora Todavia.

Fausto, B. e Devoto, F. J. (2004). *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)*. Editora 34.

Ferrer, A. (2006). *A economia argentina: de suas origens ao início do século XXI*. Editora Campus.

Feyrer, J. (2007). Demographics and Productivity. In: *Review of Economics and Statistics*, February 2007, vol. 89, n. 1, pp. 100–109.

Feyrer, J. (2009). The US Productivity Slowdown, The Baby Boom, and Management Quality. In: *Journal of Population Economics*, vol. 24, n.1, pp. 267-284.

Fukuyama, F., ed. (2008). *Falling Behind: Explaining the Development Gap Between Latin America and the United States*. Oxford University Press.

Fukuyama, F. (2013). What is Governance? In: *Governance: An International Journal of Policy, Administration, and Institutions*, vol. 26, n. 3, pp. 347–368.

Fukuyama, F. (2014a). America in Decay: The Sources of Political Dysfunction. In: *Foreign Affairs*, setembro/outubro.

Fukuyama, F. (2014b). *Political Order and Political Decay: From the Industrial Revolution to the Globalization of Democracy*. Farrar, Straus and Girous, New York.

Fukuyama, F. (2015). *Why is Democracy Performing So Poorly?* In: *Democracy in Decline?* Edts Larry Diamond e Mark Plattner, Johns Hopkins University Press.

Fukuyama, F. (2016). *Nova era nacionalista pode estar a caminho com vitória de Trump*. Folha de São Paulo, 13 de novembro.

Gadelha, H. (2017). *O exercício do soft power brasileiro: a diplomacia do futuro e a alcunha do passado: o mito do soft power brasileiro*. In: Westman, G. (org.), *Novos olhares sobre a política externa brasileira*. Editora Contexto.

Gallarotti, G. M. (2011). *Cosmopolitan Power in International Relations: A Synthesis of Realism, Neoliberalism, and Constructivism*. Cambridge University Press.

Gibney, A. (2016). *Zero Days*. Documentário em vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=oz585G-6NBA>

Glaeser, E. L., e Campante, F. (2018). Yet Another Tale of Two Cities: Buenos Aires and Chicago. In: *Latin America Economic Review*, vol. 27, n.2.

Glaeser, E. L., La Porta, R., Lopez-de-Silanes, F., Shleifer, A. (2004). Do Institutions Cause Growth? In: *Journal of Economic Growth*, vol. 9, pp. 271-303.

Glaser, B.S. e Murphy, M.E. (2009). Soft Power with Chinese Characteristics. In: Carola McGiffert, ed., *Chinese Soft Power and Its Implications for the United States: Competition and Cooperation in the Developing World*, Report of the CSIS Smart Power Initiative (2009).

Greene, W. H. (1993). *Econometric Analysis*. Segunda edição. Prentice Hall.

Greif, A. (2006). *Institutions and the Path to the Modern Economy: Lessons from Medieval Trade*. Cambridge University Press.

Greif, A. (2015). Coercion and Exchange: How Did Markets Evolve? In: Greif, A., Kiesling, L. e Nye, J V.C., editors. *Institutions, Innovation and Industrialization*, Princeton University press.

Gielow, I. (2019). Estados Unidos puxam crescimento global de gastos militares. In: *Folha de São Paulo*, 03/03/2019.

<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/03/estados-unidos-puxam-crescimento-global-de-gastos-militares.shtml>

Guiso, L., Sapienza, P., Zingales, L. (2016). Long term persistence. In: *Journal of the European Economic Association*, vol. 14, n. 6, pp. 1401-1436

Haass, E. (2017). World Order 2.0: The Case for Sovereign Obligation. In: *Foreign Affairs*, janeiro/fevereiro.

Harrison, L. E. e Huntington, S. eds. (2002). *A cultura importa: os valores que definem o progresso humano*. Editora Record.

Hufbauer, G.C. e Jung, E. (2018). *Steel Profits Gain, but Steel Users Pay, under Trump's Protectionism*. Peterson Institute for International Economics.
<https://piie.com/blogs/trade-investment-policy-watch/steel-profits-gain-steel-users-pay-under-trumps-protectionism>

Huntington, S. P. (1968). *Political Order in Changing Societies*. Yale University Press.

Ikenberry, G. J. (2011). *Liberal Leviathan: The Origins, Crisis, and Transformation of the American Order*. Princeton University Press.

Johansen, S. (1988). Statistical Analysis of Cointegrating Vectors. In: *Journal of Economic Dynamics and Control*, vol. 12, pp. 231-54.

Johansen, S. e Juselius, K. (1990). Maximum Likelihood Estimation and Inference on Cointegration – with Applications to the Demand for Money. In: *Oxford Bulletin of Economics and Statistics*, vol. 52, pp. 169-210.

Kagan, R. (2002). Power and weakness. In: *Policy Review*, junho-julho.

Kaplan, R. D. (2012). *The Revenge of Geography: What the Map Tells Us About Coming Conflicts and the Battle Against Fate*. Random House.

Keltner, D. (2016). *The Power Paradox: How We Gain and Lose influence*. Penguin press.

Kennedy, P. (2008). *A Guide to Econometrics*. Sexta edição. Blackwell Publishing.

Kroeber, A. R. (2016). *China's Economy? Whats Everyone Needs to Know*. Oxford University Press.

La Porta, R. Lopez-de-Silanes, F., Shleifer, A. e Vishny, R. (1998). Law and Finance. In: *Journal of Political Economy*, vol. 106, n.6., pp-1113-1155.

- Lasswell, H. D. e Kaplan, A. (1950).** *Power and Society: A Framework for Political Inquiry*. New Haven, CT: Yale University Press.
- Lisboa, M. (2019).** Hermanos. In: *Folha de São Paulo*, 20/01/2019. <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/marcos-lisboa/2019/01/hermanos.shtml>
- Liu, Y. e Westelius, N. (2016).** *The Impact of Demographics on Productivity and Inflation in Japan*. IMF Working Paper 16/237.
- Luttwak, E.N. (1999).** Give War a Chance. In: *Foreign Affairs*, vol. 78, n.4, pp. 36-44.
- Maddala, G.S. e Kim, I. (1998).** *Unit Roots, Cointegration, and Structural Change*. Cambridge University Press.
- Maddison, A. (2018).** Maddison Project Database 2018. <https://www.ruq.nl/ggdc/historicaldevelopment/maddison/releases/maddison-project-database-2018>
- Mares, D.R. e Trinkunas, H.A. (2016).** *Aspirational Power: Brazil on the Long Road to Global Influence*. Brookings Institution Press.
- Masuch, K., Moshammer, E. e Pierluigi, B. (2016).** *Institutions and Growth in Europe*. CEPS Working Document n. 421, abril.
- Mazarr, M. J. (2017).** The Once and Future Order. In: *Foreign Affairs*, janeiro/fevereiro
- McClory, J. (2015).** *The Soft Power 30 Report*. Portland Communications.
- McClory, J. (2016).** *The Soft Power 30 Report*. Portland Communications.
- McClory, J. (2017).** *The Soft Power 30 Report*. Portland Communications.
- Mearsheimer, J. (2014).** Why the Ukraine Crisis Is the West's Fault? The Liberal Delusions That Provoked Putin. In: *Foreign Affairs*, setembro/outubro.
- Mearsheimer, J. (2018).** *The Great Delusion: Liberal Dreams and International Realities*. Yale University Press.
- Mearsheimer, J. e Walt, S.M. (2016).** The Case for Offshore Balancing. In: *Foreign Affairs*, vol. 95, n.4, julho/Agosto.

Melo, M. A. (2017). *Eleição de Trump é resposta à promessa liberal de inclusão*. Folha de São Paulo, 8 de janeiro.

Milanovic, B. (2016). *Global Inequality: A New Approach for the Age of Globalization*. Belknap Press.

Milner, H. V. e Tingley, D. (2016). *Sailing the Water's Edge: The Domestic Politics of American Foreign Policy*. Princeton University Press.

Mokyr, J. (2017). *A Culture of Growth: The Origins of the Modern Economy*. Princeton University Press.

Morlino, L., Berg-Schlosser, D. e Badie, B. (2017). *Political Science: A Global Perspective*. Sage.

Morris, I. (2014). *Guerra: o horror da Guerra e seu legado para a humanidade*. Editora Leya.

Mounk, Y. (2018). *The People Vs. Democracy: How Our Freedom is in Danger and How to Save It*. Harvard University Press.

Naím, M. (2013). *The End of Power: From Boardroom to Battlefields and Churches to States, Why Being in Charge is Not What It Used to Be*. Basic Books.

Niblett, R. (2017). Liberalism in Retreat: The Demise of a Dream. In: *Foreign Affairs*, janeiro/fevereiro.

Noland, M. e Hufbauer, G. C., Robinson, S. e Moran, T. (2016). *Assessing Trade Agendas in the US Presidential Campaign*. Peterson Institute for International Economics, Briefing 16-6, setembro.

North, D. (1981). *Structure and Change in Economic History*. W. W. Norton & Company.

North, D. (1990). *Institutions, Institutional Change, and Economic Performance*. Cambridge University Press.

North, D. (2005). *Understanding the Process of Economic Change*. Princeton University Press.

- Nunn, N. (2014).** Historical Development. In: *Handbook of Economic Growth*, volume 2A. Elsevier.
- Nye, J. (Jr.) (1990).** Soft Power. In: *Foreign Policy*, n. 80, Twentieth Anniversary, pp. 153-171.
- Nye, J. (Jr.) (2004).** *Soft Power: The Means to Success in World Politics*. Public Affairs.
- Nye, J. (Jr.) (2006).** Think Again: Soft Power. In: *Foreign Policy*, vol. 22, n.2.
- Nye, J. (Jr.) (2009).** Get Smart: Combining Hard and Soft Power. In: *Foreign Affairs*, vol 88, n.4, p. 160-163.
- Nye, J. (Jr.) (2011).** *Has Economic Power Replaced Military Might?*
<https://www.project-syndicate.org/commentary/has-economic-power-replaced-military-might?barrier=true>
- Nye, J. (Jr.) (2012).** *O futuro do poder*. Editora Benvirá.
- Nye, J. (Jr.) (2013).** *Presidential Leadership and the Creation of the American Era*. Princeton University Press.
- Nye, J. (Jr.) (2014).** The Information Revolution and Power. In: *Current History: a Journal of Contemporary World Affairs. Special Edition: Soft Power Revisited: a Current History Anthology (e-book)*.
- Nye, J. (Jr.) (2017).** Will the Liberal Order Survive? The History of an Idea. In: *Foreign Affairs*, janeiro/fevereiro.
- Nye, J. (Jr.) (2017).** *The Kindleberger Trap*. Artigo em Project Syndicate.
<https://www.project-syndicate.org/commentary/trump-china-kindleberger-trap-by-joseph-s--nye-2017-01>
- Ogilvie, S. C. e Carus, A. (2014).** Institutions and Economic Growth in Historical Perspective. In: *Handbook of Economic Growth*, Philip Aghion e Steven Durlauf, editores. Vol. 2A, pp 403 a 489.

Osterwald-Lenun, M. (1992). A Note with Quantiles of the Asymptotic Distribution of the Maximum Likelihood Cointegration Rank Tests Statistics. In: *Oxford Bulletin of Economics and Statistics*, vol. 54, n. 3., pp. 461-472.

Persson, T. e Tambelini, G. (2006). Democracy and Development: The Devil in the Details. In: *American Economic Review*, vol. 96, n. 2, pp. 319-324.

Pickering, J e Peceny, M. (2006). Forging Democracy at Gunpoint. In: *International Studies Quarterly*, vol. 50, Issue 3, pp. 539-559.

Pierson, P. (2004). *Politics in Time: History, Institutions, and Social Analysis*. Princeton University Press.

Piketty, T. (2017). *Capital in the twenty first century*. Belknap Press.

Pinker, S. (2018). *Enlightenment Now: The Case for Reason, Science, Humanism, and Progress*. Viking.

Polity IV (2018). <http://www.systemicpeace.org/polityproject.html>

Putnam, R., Leonardi, R., and R.Y. Nanetti (1993). *Making Democracy Work*. Princeton, NJ: Princeton University Press.

Raja, R. e Zingales, L (2004). *Salvando o Capitalismo dos Capitalistas*. Elsevier.

Ramey, G. e Ramey, V. (1995). Cross-Country Evidence on the Link Between Volatiltity and Growth. In: *American Economic Review*, vol. 85, pp. 1138-1151.

Reinharh, C. e Rogoff, K. (2009). *This Time is Different: Eight Centuries of Financial Folly*. Princeton University Press.

Reinhart, C., Reinhart, V. e Rogoff, K. (2016). Dealing with Debt. In: *Journal of International Economics*, no prelo.

Ricupero, R. (2017). *A diplomacia na construção do Brasil (1750-2016)*. Versal Editores.

Rifkind, G. e Picco, G. (2016). *The Fog of Peace: Now to Prevent War*. I.B. Tauris.

- Rodrik, D., e Wacziarg, R. (2005).** Do democratic transitions produce bad economic outcomes? In: *American Economic Review*, vol. 95, n. 2, pp. 50–55.
- Rodrik, D., McMillan, M. e Sepulveda, C. (2017).** *Structural Change, Fundamentals and Growth: A Framework and Case Studies*. NBER Working Paper, n. 23378.
- Rogoff, K. (2017).** Why Trump Can't Bully China. In: *Project Syndicate*, 9 de fevereiro. <https://www.project-syndicate.org/commentary/trump-trade-war-china-by-kenneth-rogoff-2017-02>
- Rogowski, R. (2010).** Commerce and Coalitions: How Trade Affects Domestic Political Alignments. In: *International Political Economy: Perspectives On Global Power and Wealth*. Feffry A. Frieden, David A. Lake e J. Lawrence Broz, editores. W. W. Norton & Company.
- Rose, A. (2015).** *Like Me, Buy Me: The Effect of Soft Power on Exports*. NBER Working Paper n. 21537, Setembro.
- Rose, A. (2019).** *Agent Orange: Trump, Soft Power, and Exports*. NBER Working Paper n. 25439, Janeiro.
- Sachs, J. (2001).** *Tropical Underdevelopment*, NBER Working Paper n. 8119. <http://www.nber.org/papers/w8119>
- Sachs, J. (2018).** *A New Foreign Policy: Beyond American Exceptionalism*. Columbia University Press.
- Shambaugh, D. (2013).** *China Goes Global: The Partial Power*. Oxford University Press.
- Shambaugh, D. (2016).** *China's Future*. Polity Press.
- Sinnot, E., Nash, J. e de laTorre, A. (2010).** *Recursos Naturais na América Latina: indo além das altas e baixas*. Banco Mundial e Editora Campus.
- SIPRI (2018).** *SIPRI Military Expenditure Database*. <https://sipri.org/databases/milex>

Sokoloff, K.L., Engerman, S.L. (2000). Institutions, Factor Endowments, and Paths of Development in the New World. In: *Journal of Economic Perspectives*, vol. 14, pp. 217-32.

Solingen, E. (1998). *Regional Orders at Century's Dawn*. Princeton University Press.

Solingen, E. (2014). *Comparative Regionalism: Economics and Security*. Routledge.

Souza, C. L. (2008). *A Doutrina Drago e as relações entre as repúblicas americanas*. Anais Eletrônicos do VII Encontro Internacional da ANPHLAC em Vitória, Espírito Santo.

Stuart, A. M. (2011). *O bloqueio da Venezuela em 1902: suas implicações nas relações internacionais da época*. Editora Unesp.

Stuenkel, O. (2015). *The BRICS and the Future of Global Order*. Lexington Books.

Stuenkel, O. (2016). *O mundo pós-ocidental: potências emergentes e a nova ordem global*. Editora Zahar.

The Economist (2014). *The Tragedy of Argentina: A Century of Decline*. 15 de fevereiro.

Trinkunas, H. (2016). Obamas' Other Latin America Trip. Brookings Institution, 15 de março. <http://www.brookings.edu/blogs/order-from-chaos/posts/2016/03/15-obama-visit-to-argentina-trinkunas>

Van Herpen, M. H. (2016). *Putin's Propaganda Machine: Soft Power and Russian Foreign Policy*. Rowman & Littlefield.

Varian, H. (1992). *Microeconomic Analysis*. Terceira Edição. Norton.

Vuving, A. (2009). *How Soft Power Works*. Paper apresentado no American Political Science Association Annual Meeting, Toronto, setembro de 2009. <http://apcss.org/Publications/Vuving%20How%20soft%20power%20works%20APSA%202009.pdf>

Zanardi, C. (2018). China's soft power with Chinese characteristics: the cases of Confucius Institutes and Chinese naval diplomacy. In: *Emerging Powers in*

International Politics: The Brics and Soft Power. Edited by Mathilde Chatin e Giulio M. Gallarotti. Routledge.

Zanini, F. (2017). *Euforia e fracasso do Brasil grande: política externa e multinacionais brasileiras na era Lula*. Editora Contexto.

Zhao, S. (2009). The Prospects of China's Soft Power: How sustainable? In: *Soft Power: China's Emerging Strategy in International Politics*, ed. Mingjiang Li. Lexington Books.

Zingales, L. (2012). *A Capitalism for the People*. Basic Books.

Walker, C. (2016). The hijacking of "soft power". In: *Journal of Democracy*, vol. 27, n1. pp. 49-63.

Walt, S. M. (1985). Alliance Formation and the Balance of World Power. In: *International Security*, vol. 9, n. 4, pp. 3-43.

Wibowo, I. (2009). China's Soft Power and Neoliberal Agenda in Southeast Asia. In: *Soft Power: China's Emerging Strategy in International Politics*, editado por Mingjiang Li. Lexington Books.

Woods, N. (2017). The Enlightenment of President Trump? In: *Project Syndicate*, 8 de fevereiro. <https://www.project-syndicate.org/commentary/trump-china-require-multilateralism-by-ngaire-woods-2017-02>

Wooldridge, J. (2010). *Econometric Analysis of Cross Section and Panel Data*. The MIT Press.

World Bank (2018). *Worldwide Governance Indicators*. <http://info.worldbank.org/governance/wgi/index.aspx#home>